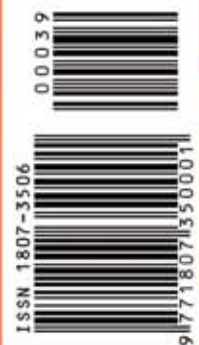


# Revista Adusp

Associação dos Docentes da USP  
Seção Sindical da Andes-SN - Março de 2007 - Nº39



**Paulo Sérgio Pinheiro:  
(in)segurança pública e  
direitos humanos no Brasil**





**6**

**ENTREVISTA: Paulo Sérgio Pinheiro**

Bia Barbosa e Fausto Salvadori Filho

**CONJUNTURA NACIONAL**

**17**

**As eleições de 2006 e cenários político-econômicos para 2007-2010**

Bolívar Lamounier

**23**

**A moderação em tempos de cólera**

Bernardo Kucinski

**MOVIMENTO DOCENTE**

**28**

**Adusp 30 anos: superações e resistência**

Antonio Biondi e Marina Gonzalez

**46**

**Depoimentos**

**51**

**Evento lembra luta contra a Ditadura**

**54**

**Desafios para o movimento sindical dos docentes**

Antonio Biondi

**CIÊNCIA & TECNOLOGIA**

**57**

**Gestão fechada, verbas contingenciadas: fundos setoriais em descrédito**

Maíra Kubík Mano

**66**

**Correções da edição 38**

#### DIRETORIA

César Augusto Minto, Francisco Miraglia Neto, João Zanetic, Carla Roberta de Oliveira Carvalho, Raquel Aparecida Casarotto, Lighia B. Horodynski Matsushigue, Marcelo Luiz Martins Pompêo, Marcio R. Lambais, Sérgio Souto, Janete Rodrigues da Silva Nakao, Carlos Roberto de Andrade

#### Comissão Editorial

Franklin Leopoldo, Hélio Morishita, João Zanetic, José Carlos Bruni, José Marcelino Rezende Pinto, Luiz Menna-Barreto, Marco Brinati, Osvaldo Coggiola, Paulo Eduardo Mangeon Elias

**Editor:** Pedro Estevam da Rocha Pomar

**Assistente de redação:** Bruno Mandelli

**Editor de Arte:** Luís Ricardo Câmara • **Assistente de produção:** Rogério Yamamoto

**Capa:** Luís Ricardo Câmara, montagem com fotos de Daniel Garcia

**Secretaria:** Alexandra M. Carillo e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

**Distribuição:** Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Impressão: Formacerta

Tiragem: 6.500 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)

Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

# TENAZ RESISTÊNCIA À ONDA NEOLIBERAL

A primeira fase de vida da Associação dos Docentes da USP pode ser resumida como expressão da luta contra a Ditadura dentro da universidade, e mais tarde como parte dos esforços para redemocratizar o país. A fase mais recente, sobretudo os últimos onze ou doze anos, certamente ficará para a memória da educação como a da resistência à onda neoliberal que impregnou as gestões federais e estaduais e encontrou, na burocracia e nos grupos de professores titulares que controlam a USP, terreno fértil para reproduzir-se.

A edição 8 da *Revista Adusp*, publicada em 1996, condensou de modo notável o que foram os primeiros vinte anos da *Adusp*. Por isso, na presente edição, que comemora o 30º aniversário da entidade, nos concentramos no exame do período mais recente, caracterizado por uma tenaz oposição ao “pensamento único”, ao avançar voraz do “mercado” sobre a universidade pública e gratuita, à adoção de múltiplas formas de controle do trabalho docente. A *Adusp* resistiu e continuará resistindo a essa avalanche reacionária, que está em pleno curso no Brasil, apesar das derrotas eleitorais e políticas que o neoliberalismo tem colhido na América Latina.

Como assinalado por mais de um depoimento aqui reproduzido, é uma particularidade da *Adusp* travar batalhas que extrapolam o mero âmbito da categoria e dos *campi* da USP. O que não a torna menos eficiente na defesa dos interesses de seus representados, como provam as vitórias conquistadas em diversas frentes, das campanhas salariais aos tribunais de justiça. O entendimento de que salários dignos e condições adequadas de trabalho são garantias fundamentais ao ensino superior público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado: eis um dos motores da luta.

## **Violência e direitos humanos**

O professor Paulo Sérgio Pinheiro nos concedeu longa entrevista, em que respondeu a todas as provocações com a sua proverbial franqueza e honestidade intelectual. Ele está convencido de que o diagnóstico para enfrentar a explosão da violência no Brasil está consolidado há vários anos, faltando apenas real disposição dos governantes para aplicar as medidas necessárias e enfrentar interesses localizados, a exemplo dos existentes em corporações como a Polícia Militar.

Pinheiro entende que houve avanços no país no tocante ao respeito aos direitos humanos, mas persiste enorme oposição a eles em setores do aparelho estatal, dos quais destaca o poder judiciário e as forças policiais: “A polícia continua até hoje a matar crianças, jovens e negros”. Critica duramente a política prisional adotada em São Paulo, que qualifica como “grande desastre”, por haver levado à superlotação de presídios sem redução da criminalidade, pois os governantes “fizeram a mesma política americana de jogar as pessoas na cadeia”.

## **Cenário político**

Que se espera do segundo mandato de Lula? Que reflexo terão sobre ele as mudanças ocorridas na América Latina recentemente? Oferecemos ao leitor duas visões profundamente distintas a respeito: as dos professores Bolívar Lamounier e Bernardo Kucinski.

## **Fundos setoriais**

Os fundos setoriais surgiram como uma promessa de dias melhores para a ciência nacional. Até agora, porém, não conseguiram destinar para a pesquisa em ciência e tecnologia senão limitados recursos. Mesmo seus defensores criticam o contingenciamento de verbas que deveriam ser liberadas para projetos aprovados.

## **Fundações “de apoio” em edição exclusiva**

Por um imperativo de natureza técnica, a terceira parte do Dossiê Fundações II será publicada na edição 40 da *Revista Adusp*, que circulará concomitantemente com esta edição.

*O Editor*



**“A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TEM QUE MELHORAR, A TORTURA TEM QUE ACABAR, É UM ESCÂNDALO”**

Rafael Neddermeyer/Agência Estado



**“O JUDICIÁRIO RESISTE A UMA VISÃO MAIS DINÂMICA DOS DIREITOS HUMANOS”**

**“O JOGO DO BICHO É A COLUNA VERTEBRAL DO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL”**

*A segurança pública e os direitos humanos passaram longe do debate político nas eleições presidenciais de 2006. Temas como economia e corrupção engoliram as outras pautas. A violência que mata anualmente dezenas de milhares de brasileiros foi estrategicamente deixada de lado pelos candidatos, exceto por instantes.*

*Professor titular aposentado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da USP e pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), Paulo Sérgio Pinheiro pensa que o silêncio encobridor do tema não é de hoje, nem ocorre por acaso. “Isso no Brasil chega às raias da irresponsabilidade, diante de tudo o que está ocorrendo”, afirma.*

*Se os políticos nada fazem para alterar profundamente esse quadro, é porque receiam enfrentar interesses corporativos e preferem o caminho da demagogia, ou porque, em vários casos, estão associados ao crime organizado, que “financia muitas campanhas”. Mas, apesar dos obstáculos, Pinheiro mantém-se otimista e aponta avanços.*

*Secretário nacional dos Direitos Humanos (Ministério da Justiça) no governo do tucano Fernando Henrique Cardoso, nem por isso Pinheiro poupa a gestão estadual de Geraldo Alckmin, arrematada por Cláudio Lembo: ele vê a política carcerária paulista como “grande desastre” e compara a atuação contra o PCC, na crise de maio de 2006, às performances dos Trapalhões: “Foi tudo piada!”.*

*Aos 62 anos, Pinheiro observa a situação brasileira “de longe”, dividido entre Estados Unidos, Suíça e outras regiões do mundo, atuando como consultor especial do secretário-geral da ONU.*

*De Nova Iorque, ele falou à Revista Adusp por telefone, em outubro de 2006, uma semana após concluir dois relatórios: um sobre a situação dos direitos humanos no Timor Leste e outro sobre a violência contra as crianças em todo o mundo.*

**Revista Adusp** — No debate eleitoral, ninguém tocou fundo na questão de uma política nacional de segurança. Um dos candidatos mencionou a necessidade de policiamento de fronteiras; o outro exaltou a função da Polícia Federal. Mas ninguém questionou a necessidade de um Sistema Único de Segurança, que até hoje não foi implementado efetivamente, nem da integração das políticas de segurança estaduais e da União. Como o sr. vê a questão da política nacional de segurança hoje no Brasil?

**Paulo Sérgio Pinheiro** — Estou vindo de longe, mas pelo que acompanhei em 2002 e depois (de fora) em 2004, o que vocês me dizem é realmente espantoso. Honra seja feita, desde a volta de democracia todos os governos tentaram mexer na questão da política de segurança. O Sarney tinha um mutirão contra a violência, depois o governo Itamar Franco, com o ministro da Justiça Maurício Corrêa, fez um grande diálogo em torno da violência. No governo Fernando Henrique houve o Plano Nacional de Direitos Humanos, que tocou em parte nessa questão, mas a grande contribuição foi o Programa Nacional de Segurança Pública, a primeira tentativa do governo federal de colocar alguma racionalidade numa coordenação da política de segurança. Nos dois últimos anos de governo, a implantação foi limitada. No governo Lula houve um plano excelente, coordenado pelo [então secretário nacional de Segurança

Pública] Luiz Eduardo Soares. Mas ele foi espiado do governo logo. Ainda que permaneçam pessoas com alguma visão no Ministério da Justiça, acho que se perdeu a visão mais coerente que o projeto inicial do PT tinha. Isso é uma explicação. Agora, não é só porque uma pessoa sai que um programa acaba.

Na verdade, uma interpretação mais profunda é a de que os candidatos na verdade não querem mexer em política de segurança. E isso no Brasil chega às raias da irresponsabilidade, diante de tudo o que está ocorrendo. Por que os candidatos não querem falar? Ou,

*“Não quero fazer tábua rasa. Há vários estados do Nordeste em que a PM faz um trabalho fantástico. Em São Paulo tem policial sério. Na democracia, as polícias militares melhoraram”*

se falam, são os candidatos a deputados, a senadores, e é só demagogia? Porque, na realidade, ninguém quer mexer na situação presente das polícias. Quando você tem uma força como a Polícia Militar de São Paulo, que tem mais de 120 mil homens, imagine o que representa isso em termos de famílias. Há uma penetração muito grande de interesses corporativos.

Mas além de interesses corporativos, a história do Brasil desde os anos 1960, passando pela Ditadura, é uma lenta e gradual associação do crime e da corrupção com a política. Quando eu era criança lá no Rio de Janeiro,

via aqueles vereadores corruptos baixarem de cadillac na favela. Aquele era o iníciozinho do contato dos políticos que iam buscar apoio nas quadrilhas ainda incipientes. Hoje é um negócio importante em termos de economia. E muitas das campanhas da política são financiadas pelo crime. Isso tantos inquéritos já provaram, não sou eu que digo.

Ou então é porque o eleitor é alimentado por uma paranóia — com razão, devido à alta taxa de homicídio, roubos, furtos e agora toda essa coreografia do PCC. Então, evidentemente, em época de eleição ou é hora para babar sangue, fazer demagogia, ou de não falar nisso.

**Revista Adusp** — O sr. acha que este envolvimento entre política e crime organizado é o que de fato tem impedido a articulação nacional de estados e União para se tentar resolver a questão da segurança pública?

Ou o Brasil ainda não conseguiu enxergar como isso pode ser feito? Ou sabe e não coloca em prática?

**PSP** — Faz 30 anos que eu repito a mesma coisa e acho que há 30 anos as pessoas sabem exatamente o que precisa ser feito. Tem gente muito boa pensando isso. Gente que saiu da Polícia Militar, como o coronel José Vicente, ou os meus colegas do Núcleo de Estudos da Violência. Todo mundo sabe. No governo mesmo tem gente que sabe exatamente o que é preciso fazer. Chega de diagnóstico! Ninguém agüenta mais isso. O que é o bê-á-bá de uma boa política de segurança? É



integração, coordenação logística, melhoria da base de dados. São Paulo já tem uma base de formação estatística [o Infocrim] tão boa quanto a de Nova Iorque. É preciso valorizar a carreira policial. Os policiais precisam ser mais bem treinados e é preciso haver uma responsabilização da polícia por órgãos civis. A investigação criminal tem que melhorar. A tortura tem de acabar; não pode continuar sendo instrumento de investigação; isso é um escândalo no país. Então todo mundo está de acordo: o governo federal, os governos estaduais.

Também não quero dizer que nada tenha ocorrido, porque há vários estados do Nordeste em que a Polícia Militar está fazendo um trabalho fantástico. Em São Paulo tem policial sério. Não estou querendo fazer tábua rasa. Na democracia, as polícias militares melhoraram. Da mesma

maneira que você tem [as ONGs] Ministério Público Democrático e a Associação Juizes para a Democracia, você tem policiais que querem trabalhar direito e estão cansados de serem dominados por policiais corruptos. A democracia permitiu isso.

Todo mundo sabe o que tem que fazer. Agora, a questão da corrupção é um elemento. Desde o nível das câmaras de vereadores e de assembleias estaduais até os deputados federais, o crime organizado financia muitas campanhas. Não estou dizendo que todos recebem dinheiro do crime, mas há uma presença importante.

Outro elemento, mais importante, é ideológico. Eu me lembro do Jean Ziegler, que é o relator das Nações Unidas para o direito à alimentação, uma pessoa formidável. E ele me dizia assim: “Como é que foi a campanha no Brasil? Todo mundo falando de direitos humanos?”. Eu disse: “Jean, ninguém fala de direitos humanos”. Porque há uma percepção por parte dos políticos de que há um horror aos direitos humanos. A população está totalmente afetada pelo crime (com boas razões) e ninguém quer mudar. Os políticos não querem, em

***“Fundamental é a integração das polícias Civil e Militar. É uma estupidez você ter um comando da PM, um delegado geral de polícia e um secretário da Segurança Pública. Ninguém manda!”***

época de eleições, agitar o coreto. E a sociedade brasileira, apesar do dinamismo da sociedade civil, é na sua imensa maioria desmobilizada e desinformada.

**Revista Adusp** — Onde o sr. identifica os principais focos de resistência ao conceito de direitos humanos? Seria no Poder Executivo federal, no Judiciário, na mídia, nos governos estaduais?

**PSP** — Se eu tivesse que fazer uma classificação, acho que o rádio, a mídia impressa e a internet estão muito abertos aos direitos humanos. Comparando com outros países, o tempo que eu e

meus amigos temos no rádio e na televisão é impressionante. A mídia é aliada.

No Judiciário, há uma enorme resistência, por desconhecimento. E no Ministério Público, a mesma coisa. Os procuradores federais são aliados, são mais impregnados de direitos humanos do que outras carreiras estaduais. Mas houve progresso.

No Executivo, se penso no governo Fernando Henrique, quem defendia mesmo e apoiava todas as iniciativas de direitos humanos era o Presidente. Depois tinha alguns gatos pingados, como o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que implantou políticas afirmativas no ministério; o José Gregori; o ministro [Nelson] Jobim... uma dúzia de pessoas que eram militantemente a favor de tudo o que a gente propôs para os

direitos humanos. Mas o Executivo brasileiro não está contaminado pelos direitos humanos. A maior parte dos ministérios não acha isso uma coisa séria. Coisa séria é política, economia...

Nos governos estaduais é a mesma coisa. Ainda que tenha havido um progresso em todo mundo rezar pela cartilha dos direitos humanos, há resistência muito grande nas polícias. Houve progressos efetivos, mas os aparelhos de Estado ainda são refratários e não entendem os direitos humanos. Acham que é proteção de bandido.

**Revista Adusp** — A própria população pensa assim, não?

**PSP** — Quando a Nancy Cardia [pesquisadora do NEV] fez uma pesquisa estudando a questão, no final dos anos 90, foi muito interessante. O número de pessoas que estavam informadas do problema dos direitos humanos e para o que serviam era muito alto, e havia uma porcentagem grande de pessoas que eram contra a tortura. A gente ainda analisa muito achando que todo mundo é contra os direitos humanos, mas não é bem assim. Na medida em que as pessoas entendem que são os seus próprios direitos — que são os direitos dos mais explorados, dos mais reprimidos — que os direitos humanos defendem, aí todo mundo vira a favor. Há muita simplificação no Brasil, pelas lentes da direita, em relação à percepção dos direitos humanos. Quando a gente faz pesquisa de opinião, a noção é um pouco mais complexa. Não estou dizendo que haja um movimento extraordinário de apoio aos direitos humanos na população em geral. Mas, uma vez que se explique e que as perguntas sejam específicas, você vê maior apoio.

Da mesma forma eu também tenho uma visão otimista em relação ao passado. Estamos progredindo. Faço sempre um jogo com os meus alunos: pensar o Brasil há 10, 20, 30, 40 anos. Você vai ficando deprimido cada vez que vai 10 anos para trás. Façam essa experiência.

**Revista Adusp** — No seu livro *Violência Urbana* (com Guilherme Assis de Almeida, Publifolha, 2003), o sr. coloca que, entre as instituições públicas, uma das que têm

um legado do passado autoritário mais forte é o Judiciário. Seria esse um dos principais focos de resistência aos direitos humanos?

**PSP** — Não tenho a menor dúvida. O Judiciário é muito poupado no Brasil. Agora há órgãos de controle, mas a gente sempre batia na polícia e esquecia do Judiciário. Os juízes são muito protegidos. Eles têm que ser trazidos mais para o debate público. Os Juízes para a Democracia ajudaram muito, tem gente formidável ali e nos vários tribunais superiores. Eu me lembro que o Dia Internacional contra a Tortura, quando eu estava no governo, foi comemorado no Superior Tribunal de Justiça e vários ministros participaram. Nos tribunais tem havido progresso, mas a massa dos juízes ainda não sabe que o Brasil ratificou as convenções internacionais e que, segundo a Constituição, elas são aplicáveis no Brasil. Vários juízes começam a usar a Convenção dos Direitos da Criança, a Convenção contra a Tortura, mas é um processo lento. Por incrível que pareça, a Polícia Militar se esforçou mais para ir para a frente do que o Judiciário. Parece espantoso. Mas o Judiciário continua tendo uma grande resistência a uma visão mais dinâmica dos direitos humanos.

**Revista Adusp** — Na questão das polícias, se olharmos nacionalmente e até para o Estado de São Paulo, que concentra essa força policial enorme que o sr. destacou, ainda temos uma política de policiamento centrada no tripé “mais viaturas, mais armas e mais efetivo”. Este é o caminho?

**PSP** — Isso foi implementado neste último governo de São Paulo. É evidente que está errado. A coisa fundamental e que alguns antigos secretários de Segurança Pública propuseram — como o grande constitucionalista José Afonso da Silva, secretário do Mário Covas — é a integração das polícias Civil e Militar. É uma estupidez você ter um comando da Polícia Militar, um delegado geral de polícia e um secretário da Segurança Pública. Ninguém manda! Houve alguns esforços de integrar. Agora, por que isso não passou no Congresso? Por causa de todas as questões que eu disse. Enquanto continuar esta repartição entre as duas polícias, com comandos separados, nós vamos continuar vendo — como vimos em São Paulo durante o ataque do PCC — uma política de segurança dos três trapalhões. Foi tudo piada! Vi uma declaração de um comandante da PM [coronel Elizeu Eclair Borges, comandante-geral da PM] dizendo que eles sabiam dos ataques mas não deram o alarme para a corporação para não causar distúrbios. Foi um modelo de descoordenação. Não se criou um grupo de crise. O secretário de Segurança tomou atitudes absolutamente inaceitáveis na democracia de não compartilhar informação e aparentemente se fizeram acordos com a quadrilha. Então é tudo um absurdo.

E vai haver outros [ataques]. Eu não quero usar minha bola de cristal, que é embaçada, mas só estamos numa pequena trégua. Já, já vamos ter mais ataques, porque o problema continua idêntico. Desde o governo

Franco Montoro eu ouço falar em detector de metais nas entradas das penitenciárias e em bloqueio de acesso a celulares. Não se obrigou as companhias a fazerem isso. Fizeram corpo mole. Mas como é que esses celulares entram na cadeia? Se houvesse detector de metais isso não acontecia. Então, é corrupção de gente do sistema penitenciário. Esse PCC foi constituído com a tolerância dos agentes penitenciários, apesar de termos tido um grande secretário de Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, que fez coisas extremamente positivas. Mas a corrupção campeava, porque é muito dinheiro que o crime organizado oferece diante dos salários dos agentes.

**Revista Adusp** — Queríamos aprofundar com o senhor essa questão da política prisional. O sr. falou da falta de diálogo entre Polícia Civil e Polícia Militar. Aqui em São Paulo também

temos uma separação entre quem faz a segurança pública *strictu sensu*, que é a política de policiamento, e a política prisional. Estão separadas em duas secretarias. Como o sr. vê isso?

**PSP** — A política prisional é um caos desde sempre. Desde que entrei pela primeira vez numa prisão. Os presos continuam nas delegacias, sob a guarda da Segurança Pública, uma coisa horrível, e tem os presos que agora voltaram para a Secretaria da Administração Penitenciária. Há uma coisa que liga ao Judiciário o problema: São Paulo pôs em prática uma política

de crescimento da população carcerária na mesma progressão da Califórnia e dos Estados Unidos. Hoje os Estados Unidos têm a maior população carcerária do mundo: cerca de dois milhões de pessoas. São espantosos os números. Em São Paulo, sem que ninguém fosse consultado, eles fizeram a mesma política americana de jogar as pessoas na cadeia. Tem gente na cadeia que não devia estar.

**Revista Adusp** — Com a conivência do Judiciário, não?

**PSP** — Claro. O Judiciário quis ser duro, mas eles são duros com o pé de chinelo. Eles têm que ser

de primeiro mundo. É uma vergonha que São Paulo seja o que é em termos do sistema penitenciário, hoje totalmente dominado por este PCC. Isso cresceu com a anuência da administração penitenciária e também por suas conexões com alguns setores políticos. Quer dizer, no Brasil, aquilo que o Fernando Henrique falava sobre a Ditadura, que eu gostava, os “anéis burocráticos horizontais”, que ligavam os ministérios nos seus processos de decisão, você tem anéis burocráticos da corrupção que ligam a polícia, a administração penitenciária, o Ministério Público, o Judiciário...

E aí esses anéis burocráticos protegem. Vimos vários juízes sendo processados por venda de sentença. Isso tudo não sou eu que digo. É o próprio Judiciário, o Ministério Público na sua apuração.

Já a superlotação não tem solução. Você tem que mudar a política

de prioridade, da investigação. A maioria dos processos de homicídios não é elucidada, é autoria desconhecida, porque a investigação é muito precária. Os policiais perdem tempo com bobagem, perdem tempo às vezes em coisas para achacar a população.

O sistema penitenciário no Brasil, e em São Paulo especialmente, é um equívoco. Não adianta ficar construindo presídio aqui e lá porque não vai dar. E o contribuinte não foi consultado. Nós todos estamos pagando isso e ninguém nos consultou se é a política

***“São Paulo praticou uma política de crescimento da população carcerária na mesma progressão dos EUA, que têm a maior população carcerária do mundo: 2 milhões. Em São Paulo fizeram a mesma política americana de jogar pessoas na cadeia”***

duros com as chefias do crime organizado. Uma política de segurança tem que ter prioridade. Tem gente que comete um crime e nunca vai cometer outro na vida se não for para a prisão. A maioria das pessoas que estão na prisão no Brasil não devia estar lá. Ou já cumpriram sua pena ou estão mofando lá esperando julgamento.

Há um problema grave quanto à própria situação penitenciária. Não quer dizer que todo o Brasil seja um desastre. Há alguns desastres maiores. São Paulo é um grande desastre, porque é a Bélgica, um país

que a gente quer. É uma política totalmente inócua, como estamos vendo, porque ela não tem nenhum efeito contra o crime organizado.

O crime organizado anda em velocidade de cruzeiro em São Paulo e no Brasil, no Rio de Janeiro, sem nenhum problema. O problema é o pessoal que não tem grana, o pé de chinelo. Porque mesmo esses barões do crime organizado que cometem homicídios estão soltos. No Rio de Janeiro, os bicheiros que cometeram homicídios estão todos soltos. Uma única juíza no Brasil teve coragem de fazer alguma coisa, a Denise Frossard, que pela primeira vez na história do Brasil meteu uns dez banqueiros do bicho na cadeia. Em São Paulo onde estão os bicheiros? Não tem nenhum na cadeia. E o jogo do bicho é a coluna vertebral do crime organizado no Brasil.

**Revista Adusp** — Outro problema na questão da superlotação é a ausência da porta de saída. Há uma política de aumentar a população carcerária e não há uma política de ressocialização.

**PSP** — A única saída é o crime.

**Revista Adusp** — O ex-governador Geraldo Alckmin se vangloria de ter tirado 90 mil criminosos das ruas, mas não conseguimos ter políticas efetivas de ressocialização dessas pessoas. Não há também uma política de prevenção. Como o sr. vê isso?

**PSP** — O [ministro e senador] Severo Gomes (1924-1992),

que era uma pessoa formidável, dizia: “Olha que absurdo: você tira o cidadão da sociedade, enfia na cadeia por uns anos e depois espera que ele fique melhor”. Só que a cadeia é um inferno. A cadeia é uma invenção demoníaca, não tem nenhum sentido, exceto para os crimes violentos, muito específicos, reincidentes homicidas etc. E mesmo assim precisa ser administrado com grande cautela. Em todo o mundo está demonstrado que a cadeia não serve pra nada. Eu já cansei de dizer isso no Brasil e as pessoas ficam nervosas porque, com tanto crime, ninguém fica que-

fazer prevenção do que remediar depois que a violência é cometida. Por que o Brasil dá tanta ênfase à repressão? É aquilo que falava no início: é politicamente mais fácil. É demagógico, é simplista. Você não precisa raciocinar. Você diz: vamos colocar o pessoal na cadeia. Ou então: vamos matar. As pessoas adoram! Não foi eleito deputado estadual o coronel Ubiratan Guimarães, que foi assassinado agora? Quer dizer, um cidadão que comandou um massacre [dos presos na Casa de Detenção do Carandiru, em 1992] — e eu fui um dos primeiros a entrar lá, ainda tinha cheiro de sangue e os cadáveres estavam lá —, matou 111 e até tinha um chaveirinho com número.

**Revista Adusp** — Era o número da campanha dele.

**PSP** — Foi eleito e reeleito. Isso dá vergonha. Se conto isso na Islândia, dá uma vergonha. As pessoas

acham que o que ocorre no Brasil ocorre no mundo. Não ocorre. Vou lhes contar uma anedota. Eu fui a Hamburgo, convidado para uma conferência de policiais. Fomos jantar depois. Eu resolvi perguntar aos policiais quantas pessoas eles tinham matado naquele ano. Eles se entreolhavam constrangedoramente, não estavam entendendo. Eu tive que explicar minha pergunta. Em Hamburgo, toda a polícia contaminada pela herança do nazismo, no ano 2000, não tinha matado ninguém. Na Itália, se você comparar os números dos que

*“Por que o Brasil dá tanta ênfase à repressão? É politicamente mais fácil. Você diz: ‘vamos colocar na cadeia’, ‘vamos matar’. As pessoas adoram! Foi eleito deputado o coronel Ubiratan Guimarães, um cidadão que comandou um massacre — matou 111”*

rendo tratar o criminoso a pão de ló. Mas, na verdade, o crime continua em São Paulo e continua no Brasil pela incapacidade de as instituições funcionarem. Há um mau funcionamento de todas as instituições ligadas à prevenção e à repressão ao crime no Brasil.

**Revista Adusp** — O sr. acha que o Brasil ainda trabalha muito na linha da repressão e pouco na linha da prevenção?

**PSP** — Não há a menor dúvida. E isso é burro e caro. É a mesma coisa que falei no relatório da violência contra as crianças: é melhor



*“O problema da visão do criminoso como pobre e afrodescendente é muito presente no legado autoritário do Brasil. Nós ainda lutamos com racismo, discriminação e estereótipos em relação à pobreza”*

foram mortos nos anos 1980 pela luta anti-terrorista com os números de mortos e assassinados pela Rota é uma proporção de 5 para 100. E aqui a polícia continua até hoje a matar crianças, jovens e negros. Até escrevi um artigo no Dia da Criança, dizendo que 70% dos adolescentes mortos pela polícia continuam a ser de afrodescendentes.

Então não conseguimos. Há muita demagogia, é mais fácil, é simples. Mas por que os políticos não ousam alterar? Primeiro porque

eles querem ser eleitos, eles têm medo. Os governos têm medo. Veja esse silêncio nas eleições presidenciais. Os candidatos têm programa, mas eles não falam. Não estou aí [no Brasil], então não sei como foi a campanha. Mas nas campanhas anteriores esta não era uma noção que aparecia muito nos debates.

**Revista Adusp** — Nem agora, mesmo com os ataques do PCC.

**PSP** — Me espanta que, diante do que aconteceu com o PCC, os candidatos não sejam obrigados a

dar uma resposta mais responsável sobre isso. E é brutal. Não estava aí durante essa história do PCC, mas ouvi da minha família, dos meus amigos, pela imprensa, o horror que foi. Num país sério, era de se esperar que a campanha política refletisse o sofrimento da população. Pelo que vocês me dizem, isso não aconteceu. Ninguém quer se contaminar. Provavelmente, antes dessa entrevista ser publicada, vai ter outro ataque do PCC.

**Revista Adusp** — Esse horror que o PCC gera na população e a repercussão disso na mídia tem a ver com o fato de que os alvos da violência deixaram de ser o gueto negro e pobre, que sofre cotidianamente a violência, e passaram a ser outros alvos que normalmente não sofrem a violência no Brasil?

**PSP** — Eu não segui muito bem como foram os ataques do PCC. O PCC é demagógico também. Eles estão querendo dar uma de guerrilha urbana. Parece que se ilustraram nessa dimensão. Não acho isso muito convincente, e acho que a população não fica vibrando porque estão matando policiais. Acho isso bárbaro.

Mas o problema da visão do criminoso como pobre e afrodescendente é muito presente no legado autoritário do Brasil. Nós



ainda lutamos com um legado de racismo, discriminação e estereótipos em relação à pobreza. É uma sociedade ainda dividida. Ela é disfarçada, mas é profundamente dividida em termos do acesso aos recursos, à informação, ao consumo. Agravou-se isso porque os poderes públicos deixaram que as quadrilhas se implantassem nos morros e na periferia de São Paulo. Isso não caiu do céu. Todos os prefeitos e governadores do Rio de Janeiro foram vendo isso acontecer e não fizeram nada. Hoje é um território dominado pelo crime organizado. Na verdade, é tudo pé de chinelo. É crime comum organizado. As pessoas que manejam esse crime organizado não moram lá. Os bicheiros que controlam o crime organizado gostam de morar na Avenida Atlântica. Os grandes chefes do crime ou moram nas regiões mais ricas ou

não moram no Brasil, moram em Miami. E quem é que lava esse dinheiro? Não é o pé de chinelo. Claro que as empresas de ônibus ajudam um pouco, tinturarias, empresas de segurança... Mas o grosso da operação não é decidido no morro nem na periferia de São Paulo. E eles se implantaram lá.

No Rio de Janeiro você via que aquilo estava sendo implantado. Você via que as associações de moradores estavam sendo conquistadas. E o governo não fez nada, não porque não pôde, foi porque não quis. Porque na hora da eleição,

este crime comum organizado participava com dinheiro, com cabos eleitorais. No Rio de Janeiro isso é muito mais claro do que em São Paulo. Em São Paulo tudo é mais disfarçado, porque é uma cidade de guetos concêntricos. Você tem o centro, o centro antigo, os cortiços, depois você tem um centro mais novo, depois tem a classe média, depois a classe mais dominante e isso tudo é cercado pela favela. Eu vou da minha casa para a USP e não vejo uma favela. No Rio de Janeiro é impossível você passar cinco minutos sem ver uma favela.

Na verdade, a maioria das popu-

contando os conselhos que davam para os filhos deles, afrodescendentes, para não resistirem à polícia. Negro em São Paulo depois de certa hora é tudo suspeito, pode ser de qualquer classe. Não é possível ter respeito à democracia e respeito à lei desta forma.

**Revista Adusp** — Nos últimos anos a Polícia Federal passou a prender pessoas da classe dominante, inclusive ligadas a grandes empreendimentos de luxo — e não só pessoas negras e pobres. O sr. acha que isso é um aspecto positivo ou concorda com algumas críticas que dizem que a Polícia Federal faz grandes ações espetaculares e políticas?

**PSP** — A Polícia Federal, durante muito tempo, foi uma guarda pretoriana do presidente. A democracia melhorou a Polícia Federal. A grande novidade foi a Polícia Federal se tornar investigativa, investi-

gando até violações dos direitos humanos. Só houve progresso. Houve uma sofisticação maior dos membros, uma formação melhor. A Polícia Federal não tortura de hábito. Foram dois os casos de tortura na Polícia Federal nos dois governos Fernando Henrique. É uma polícia razoavelmente bem enquadrada. Tem um delegado da maior seriedade hoje que dirige, o delegado Paulo Lacerda. Às vezes há muita publicidade em algumas ações, mas eu acho muito educativo prender dona de comércio de luxo, banqueiro, empresário.

*“A democracia melhorou a Polícia Federal. Acho muito educativo prender dona de comércio de luxo, banqueiro, empresário. Esse pessoal nunca foi para a cadeia. Só na Ditadura. Na democracia, só vão para a cadeia os negros, os pobres etc.”*

lações que moram nas periferias e nos morros é honesta. As mães lutam para levar os filhos impecáveis, de uniforme, para as escolas. Os que entram no crime são minoria. Mas tem essa visão, um pouco da escravidão, em que os estereótipos estão presentes. Na polícia, é só ver como tratam um suspeito afrodescendente e um suspeito branco. Eu nunca fui parado pela polícia em nenhum lugar. Mas já vi gente que estava em uma calçada e eu na outra e foi parada porque era afrodescendente. É uma coisa patética. Vi colegas meus na PUC

Durante todos esses séculos esse pessoal nunca foi para a cadeia. Só na Ditadura. Na Ditadura a gente vai para a cadeia: meus amigos, familiares, os brancos, todos vão. Agora, no dia-a-dia da democracia só vão para a cadeia os negros, os pobres etc.

**Revista Adusp** — Prender rico então é educativo para a democracia?

**PSP** — Altamente educativo. Veja nos Estados Unidos o que tem de investidor do sistema financeiro cumprindo pena em presídio federal. É claro que não pode haver uma política de perseguição à classe dominante só porque é classe dominante. A democracia também não funciona assim. Agora, quem comete um crime tem que ir para a cadeia. Eu não tenho nenhum entusiasmo pela cadeia. Mas acho altamente educativo que políticos, empresários e banqueiros corruptos passem uns tempos na prisão. Acho muito educativo para eles e para a sociedade.

No entanto, não acredito na pena de prisão. Não acho que seja a coisa mais adequada pôr empresário em prisão. Eles deviam ser lesados no patrimônio. Proibir de viajar para a Europa, por exemplo, seria uma coisa formidável. Severo Gomes dizia: “O sonho da classe dominante no Brasil é viajar para Nova Iorque”. Corta a viagem para a Nova Iorque. Ou então desapropriar o apartamento em Paris. É muito melhor do que pôr na prisão.

Se não der para fazer isso, a Polícia Federal está cumprindo o que deve fazer. A Polícia Federal desbaratou, no final do governo Fernando Henrique, o crime organizado no Paraná, que as pessoas achavam que nunca ia ser possível. Foi presidente da Assembléia Legislativa, desembargadores, deputados. Todo mundo caiu. É possível fazer.

O milagre brasileiro é o que se pôde fazer depois do final da ditadura. Os procuradores federais, gente fantástica, que há 20 anos estão batalhando pelos índios, direitos das crianças, contra o comércio de drogas. Então não quero dar a

*“É uma leitura falsa, essa de que a anistia foi para os dois lados. Crimes de tortura são imprescritíveis. Um dos grandes débitos do Estado brasileiro é a abertura total dos arquivos. Lamento que o governo Lula não tenha conseguido”*

impressão de fora de que estou achando tudo terrível. Em tudo se progrediu. Mas tem um legado e um peso do passado que requer um pouco mais de vontade política para mudar. Em termos de direitos humanos, ajudaram iniciativas do presidente Itamar Franco, do presidente Sarney. É importante o que presidente Fernando Henrique fez, é importante o que o governo Lula está fazendo em termos de políticas de apoio emergencial, que fizeram com que a população mais pobre tenha aumentado sua renda de uma maneira incrível. Todos os

governos federais avançaram nos direitos civis e nos direitos econômicos e sociais.

Mas nós continuamos com o racismo, com a concentração de renda estúpida, que é totalmente inadequada à 11ª economia industrial do mundo. A gente tem que se habituar a viver na contradição. A direita não gosta da contradição. Esses políticos demagógicos não querem a contradição, querem o simplismo. Mas da população que está sendo morta, seus filhos mortos, suas casas dominadas pelo terror do crime organizado ou da polícia, é muito difícil você esperar sofisticação. No Brasil é uma tarefa mais difícil. Em outros países os direitos humanos enfrentam a mesma resistência, mas já há um acumulado de liberdade e bom funcionamento das instituições. No Brasil a gente tem impressão de que o Estado está incompleto.

**Revista Adusp** —

Durante toda a nossa conversa, o sr. sempre faz essa relação histórica, avaliando as heranças que o país teve, para que possamos entender que muito do que a gente vive hoje é herança da Ditadura militar.

**PSP** — Não só a Ditadura militar. O acumulado antes, também. A Ditadura militar é um momentinho de todo o legado brasileiro.

**Revista Adusp** — Eu queria perguntar especificamente sobre esse “momentinho”. A gente conseguiu dar conta deste momento? Quando se fez uma opção no

Brasil por anistiar tanto um lado como outro no processo de abertura e redemocratização, no final da ditadura, não acabamos passando por cima de questões que não deveríamos ter passado? Isso hoje ainda tem reflexos?

**PSP** — Certamente. Primeiro, é uma leitura falsa da anistia, essa de que a anistia foi para os dois lados. Não foi bem assim. Taticamente a oposição leu a anistia como se fora assim. Por exemplo, crimes de tortura são imprescritíveis. Não há possibilidade de anular os crimes durante a Ditadura. Um dos grandes débitos do Estado brasileiro democrático é a abertura total dos arquivos. Eu lamento que o governo Lula não tenha conseguido fazer isso. Eu esperava que ele fizesse. E não venham com conversa para boi dormir de que não tem mais arquivos no Exército, na Marinha, na Aeronáutica. Isso é bobagem. Instituições burocráticas, como são as Forças Armadas, prezam sua história. E todos os arquivos dos Doi-Codi [Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, órgão de repressão da ditadura] deveriam ser abertos. A abertura no governo Lula é insuficiente. A gente devia olhar em relação ao que Argentina e Uruguai estão fazendo hoje. Enquanto não passarmos a limpo esse legado de tortura, de mentira, de ocultação, a democracia não vai poder ser implantada totalmente.

Os crimes de tortura deveriam ser processados. Talvez alguém em algum momento vai ter cora-

gem de fazer isso. Os responsáveis devem ser identificados — alguns já foram. Não entendo como o Brasil, essa 11ª potência industrial, tem que continuar a fazer média com os responsáveis por esses crimes contra a humanidade, que foram cometidos sob a proteção dos governos militares. Hoje a maior parte das Forças Armadas brasileiras não tem nada a ver com isso. As mãos da maioria esmagadora dos membros das Forças Armadas não têm nada a ver com essas violações. É um escândalo que esse silêncio continue a ser imposto.

**Revista Adusp** — É muito difícil condenar a tortura hoje se você perdoa a tortura do passado.

**PSP** — Não há a menor dúvida. Como se a tortura daquele período tivesse algum sentido e alguma função. A gente caminhou em relação à luta contra a tortura. Mas tortura não tem que diminuir, tem que acabar. Funcionário que tortura rodou. É a única linguagem. Enquanto eu estava no governo, era o que eu falava. Não pode se admitir. Processa, suspende, depois a gente vê o que vai acontecer. Hoje temos nomes. O *Brasil Nunca Mais* devia ser a base para um processo de investigação e acusação contra os que estão vivos ainda. É só olhar para o que o presidente [Néstor] Kirchner está fazendo. Tem generais na cadeia, os processos estão sendo reabertos e a Argentina conseguiu renegociar sua dívida por 25% do valor. Não foi isso o que afetou a estabilidade argentina. O presidente do Uruguai

está indo na mesma direção. O Brasil foi capaz de fazer o *Brasil Nunca Mais* graças à coragem de dois grandes brasileiros — o cardeal dom Paulo Evaristo Arns e o pastor James Wright (1927-1999). Todos os que foram mortos, os 400 desaparecidos e os milhares de torturados — estamos devendo isso para eles.

É lamentável que o atual governo não tenha tido as condições. Espero que o presidente Lula possa corrigir esse débito para todos nossos contemporâneos dos anos 1960 e 1970. É uma falha enorme da nossa democracia. Isso não é, como se diz no Brasil, revanchismo. O encontro com a verdade é essencial para a construção da democracia. A anistia foi um caminho para a saída, mas não é uma solução para a construção da democracia. Saímos da Ditadura e agora, na democracia, temos que construir segundo as regras do direito internacional. A tortura é crime imprescritível, então não tem esse negócio de olhar para os dois lados. O Estado brasileiro é que estava torturando. É claro que a luta armada cometeu crimes e não significa que ao processar os torturadores do Estado se está endeusando a luta armada. Há toda uma revisão histórica que foi feita e várias pessoas pagaram por essa prática: foram presas, torturadas, passaram longos anos na prisão. O Estado brasileiro é o Estado brasileiro. Ele é que tinha responsabilidade perante a comunidade internacional e cometeu esses crimes contra a humanidade. Tem que ser processado.

# AS ELEIÇÕES DE 2006 E CENÁRIOS POLÍTICO-ECONÔMICOS PARA 2007-2010

Bolívar Lamounier

Professor aposentado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP



Fotos: Daniel Garcia

*“Perceber que a estabilidade de preços conquistada durante o governo Fernando Henrique tornou-se um valor social de primeira grandeza foi um dos méritos de Lula. Em 2006, embora não tenha economizado em tiradas populistas, ele conseguiu revigorar sua imagem de homem do povo e pai dos pobres sem comprometer a margem de manobra de que necessitará, particularmente na política econômica. Parece mais provável um cenário em que a estabilidade macroeconômica permaneça como prioridade, não devendo o governo impulsionar a economia se não estiver seguro da sustentabilidade do crescimento”*

**N**o Brasil atual, o conceito de democracia é usado em muitos sentidos diferentes. Para alguns, a democracia brasileira seria “incompleta” ou “deficiente”, e não uma “verdadeira” democracia, por não ter ainda o país resolvido os seus grandes problemas de desigualdade social. Para outros, democracia “verdadeira” seria aquela em que todos os setores ou segmentos sociais tivessem representação numericamente proporcional nas instâncias máximas do poder. Para outros, só mereceria tal designação a democracia direta — uma espécie de corporativismo generalizado, no qual os “movimentos sociais organizados” tomassem diretamente as decisões etc etc.

Subjacente a essa variedade de sentidos, há uma distinção fundamental. De um lado, como nos exemplos acima, temos a democracia como um ideal normativo, compreendendo modelos não realizados em parte alguma do mundo. Do outro, a democracia *empiricamente existente*, vale dizer, a democracia “representativa” que conhecemos, tida por alguns como “meramente formal” ou “burguesa”. É somente a esta que dizem respeito as referências feitas neste artigo. A meu juízo, ela se caracteriza por quatro atributos essenciais:

1. As autoridades são substituídas ou têm sua legitimidade renovada periodicamente, por meio de eleições livres e competitivas,

realizadas a intervalos regulares e segundo regras pré-estabelecidas.

2. Todos os adultos previamente habilitados têm direito a participar dos processos eleitorais.

3. A competição eleitoral é balizada pela efetiva vigência das garantias e liberdades constitucionalmente asseguradas pelo Estado de Direito.

4. O exercício do poder é permanentemente restringido, de um lado por regras constitucionais e pela separação de poderes, de outro por pressões cruzadas (portanto também competitivas) por parte de grupos sociais autônomos, organizados ou não.

### ***A CONSTRUÇÃO DO RESULTADO***

***Não cabe dúvida de que a admissão da reeleição desequilibra fortemente a disputa eleitoral. Ela coloca o presidente em exercício num plateau bastante elevado, desde o início da campanha***

Em outubro de 2006 o Brasil realizou sua quinta eleição presidencial desde a transição do regime militar ao civil. Como nos quatro pleitos anteriores, não se registraram contestações quer às regras do jogo ou aos resultados; a apuração dos votos, feita em cerca de três horas, demonstrou a autoridade do TSE e o acerto da implantação de recursos técnicos modernos. O número de cidadãos habilitados a votar chegou a quase 127 milhões — cerca de 70% da população total, índice tão bom quanto o das democracias mais avançadas. O caráter competitivo do pleito evidencia-

se desde logo na necessidade do segundo turno para a escolha do presidente, verificando-se na oportunidade a recondução de Lula, um ex-sindicalista sem títulos formais de educação superior.

Os primeiros pontos a ressaltar são portanto o progressivo robustecimento da democracia brasileira, e a inexistência de restrições socialmente estruturadas ao partido ou ao candidato vencedores, não obstante a incessante denúncia, durante a campanha, de uma suposta “conspiração das elites”.

Mas nem tudo são rosas. Se *ex post facto* os resultados se conformam aos critérios fundamentais da democracia, o mesmo não se pode dizer numa perspectiva *ex ante*, ou seja, remontando ao desenvolvimento do processo eleitoral.

Mesmo no auge da crise do “mensalão”, o favoritismo de Lula foi continuamente ressaltado pelos institutos de pesquisa, pela imprensa e até pelos porta-vozes relevantes da oposição. Diversos outros fatores, além dos méritos pessoais de Lula e de sua capacidade de comunicação, davam suporte a tal diagnóstico. Primeiro, o fato de já ser o presidente, reforçado pela admissão da reeleição após quatro anos, prática adotada em 1997, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Não cabe a menor dúvida de que essa prática desequilibra fortemente a disputa eleitoral. Ela coloca o presidente em exercício num *plateau* bastante elevado, desde o início da campanha.



Seus eventuais oponentes ficam ao relento, convertidos em aprendizes de Dom Quixote. Foi o que ocorreu em 2006, e tenderá a ocorrer sempre, mesmo com um candidato opositorista mais forte e um presidente menos inclinado a usar a máquina de governo em seu benefício.

Nos Estados Unidos, a riqueza e a diversidade estrutural da sociedade são incomparavelmente maiores que no Brasil. A adesão do país inteiro à candidatura oficial é praticamente impensável. Se o opositorista não for um tonto, ou um radical — ou ambas as coisas, como Goldwater em 1964 —, ele contará com apoios apreciáveis no meio empresarial, na imprensa e na cultura, entre os grupos organizados etc. No Brasil dá-se justamente o contrário. De alto a baixo, do nível federal ao mais humilde município, o que os políticos e empresários mais temem é ser excluídos

das bondades ou sujeitos às maldades que jorram de Brasília. A própria imprensa, ciosa de sua independência, conhece e teme a munção que o governo guarda em seus arsenais.

Veja-se o problema da desincompatibilização. Pelo sistema adotado em 1997, ao presidente é facultado fazer campanha sem se afastar do cargo, diferentemente dos governadores e prefeitos, obrigados a se afastar seis meses antes da eleição. São dois pesos e duas medidas. Além de desequilibrar a disputa, esse duplo tratamento arranha a legitimidade do eleito, suscitando o

velho espectro do “estelionato eleitoral”. Em 1999, como se recorda, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi acusado de haver postergado a desvalorização do Real para depois da reeleição. Em 2006 foi a vez de Lula. Desde o começo do ano, ele já recorria ao malicioso artifício de negar sua condição de candidato a fim de inaugurar obras, distribuir favores e até fazer comícios, ou seja, descumprindo à luz do dia os dispositivos legais concebidos para disciplinar o uso do cargo antes do início oficial da campanha. Na cultura política brasileira e em tal situação, supor que a Justiça se

imediatamente a reexaminar suas convicções programáticas e logo declarou apoio à candidatura Lula.

Na linha das observações feitas acima, diversas outras questões mereceriam exame. A mais importante delas diz respeito à influência do programa Bolsa-Família no agregado dos resultados eleitorais. Um requisito fundamental da democracia é a *incerteza* — ou seja, a formação da vontade popular a partir de decisões individuais autônomas. Dela decorre a impossibilidade de determinação cabal dos resultados por qualquer indivíduo, grupo ou agência governamental. Resquícios do “voto de cabresto” ou de formas equivalentes de distorção da decisão individual na esfera local não chegam a invalidar o postulado da incerteza. Salta porém aos olhos que o impacto do Bolsa-Família foi muito além disso. Conduzido com habilidade e grande antecedência,

ele tornou praticamente cativos os votos de uma grande região do país, provavelmente restringindo a competição no nível agregado e suscitando indagações importantes sobre a propalada robustez e a qualidade da democracia brasileira. Para não me desviar do objetivo deste texto, mais prospectivo do que interpretativo, deixo a outros pesquisadores a tarefa de examinar essa questão.

Perceber que a estabilidade de preços conquistada durante o governo Fernando Henrique tornou-se um valor social de primeira grandeza foi um dos méritos

### **CONTINUIDADE OU RUPTURA:**

#### **CAMINHOS BIFURCADOS**

***Qualquer que tenha sido seu discurso nos palanques, Lula provavelmente optará por uma linha de cautela e continuidade — não por uma de risco ou de populismo, que suscitariam apreensões nos mercados***

disponha a arrostar o poder presidencial é pura ingenuidade.

Sem a proteção da Justiça, aos opositoristas resta apenas, como se dizia antigamente, a prerrogativa de se queixar ao Bispo. Mas isto não é tudo. Em 2006, o uso da máquina continuou mesmo *após* o início oficial da campanha. O episódio mais constrangedor, mas não único, foi um polpudo financiamento concedido a determinado estado bem às vésperas do pleito. Comovido com essa inusitada manifestação de apego às regras do jogo, o governador do referido estado se pôs

de Lula nas duas últimas eleições. Em 2006, embora não tenha economizado em tiradas populistas, ele fez valer sua habilidade retórica, segmentando seus diferentes públicos e temperando seu multifacetado discurso segundo o gosto de cada um. Conseguiu dessa forma revigorar sua imagem de homem do povo e pai dos pobres sem comprometer a margem de manobra de que necessitará no exercício concreto da presidência, particularmente no que toca à orientação da política econômica. Novamente confrontado com o dilema de manter a disciplina fiscal e monetária ou dar atendimento imediato aos clamores “desenvolvimentistas” e “redistributivistas” que ecoou no transcurso da campanha, o mais provável é que ficará com a primeira alternativa.

Qualquer que tenha sido o seu discurso nos palanques, Lula provavelmente optará por uma linha de cautela e continuidade — não por uma de risco ou de populismo, que suscitariam apreensões nos mercados. Esta conjectura tem respaldo em três razões principais: (1) o crescente “centrismo” do espectro político brasileiro, fruto do robustecimento da democracia e das reformas econômicas dos anos 90; (2) o aprendizado do poder e da complexidade da ação pública, especialmente no aspecto financeiro, feito por Lula em seu primeiro mandato; (3) a necessidade de apoio majoritário

(portanto pluripartidário) no Congresso Nacional e entre os governos estaduais.

**Centrismo e aprendizado político:** como já se notou, o controle da inflação e as reformas realizadas pelo governo Fernando Henrique tornaram mais centrista o processo político brasileiro. A campanha de 2002 forçou Lula e o PT a descartarem o antigo discurso de “ruptura” com o modelo econômico e de reversão do processo de reforma deslanchado nos anos 90. Alçados ao poder, eles assumiram posições relativamente moderadas, compro-

***POLÍTICA ECONÔMICA:  
CENÁRIO PARA 2007-2010***  
***Lula não deixará dúvidas quanto  
aos pilares da política econômica:  
inflação sob rigoroso controle, câmbio  
flutuante, um Banco Central de facto  
independente e obter um  
importante superávit primário***

metendo-se com a estabilidade, a responsabilidade fiscal e a fidelidade aos contratos tanto no âmbito doméstico como no internacional.

**Apoio congressional:** esta questão é sempre complexa. No mandato iniciado em 2003, Lula formou uma base insuficiente e pouco confiável, com os resultados conhecidos. Pelo menos em termos numéricos, a situação atual se afigura mais propícia. Além de ver seu poder de gravitação fortalecido pela reeleição e pela grande votação recebida, Lula deverá ter o apoio de pelo menos

65% dos deputados, uma base no mínimo igual à que teve Fernando Henrique em seus dois mandatos, suficiente para passar emendas constitucionais e quase suficiente para impedir CPIs (comissões parlamentares de inquérito). No Senado a situação será apertada, com uma margem nominal de dois ou três votos para ou contra o governo. Entre os 27 governadores, o PT elegeu apenas 5, mas Lula provavelmente contará com o apoio de 20, graças à já mencionada atração gravitacional da presidência.

No entanto, como sempre ocorre no Brasil, o Executivo precisará recorrer a uma ampla coalizão, a fim de formar a maioria. O PMDB, com 87 deputados, desponta como o principal aliado e provável espinha dorsal do governo. Obviamente, a maioria nominal não significa que o Executivo contará sempre com uma maioria efetiva.

Isso dependerá muito do tipo de *issue*, do PMDB, uma solução que pode muito bem se transformar em problema, e da inexorável perda de espaço que o PT deverá sofrer nesse novo arranjo.

Como indiquei acima, parece-me mais provável um cenário em que a estabilidade macro-econômica permaneça como prioridade, não devendo o governo impulsionar a economia se não estiver seguro da sustentabilidade do crescimento. Nesse quadro, Lula não deixará dúvidas quanto à manu-



tenção dos pilares principais da política econômica: inflação sob rigoroso controle, com base no sistema de metas, câmbio flutuante e, responsável pela condução da política monetária, um Banco Central *de facto* independente. Para reforçar sua confiabilidade junto aos mercados, o governo reafirmará o compromisso com a *obtenção* de um importante superávit primário.

Cortando gastos, o governo reforça sua credibilidade e assegura a queda paulatina da taxa básica de juros, com vistas a situá-la num patamar aceitável pelos agentes econômicos até 2010, ou antes disso. Ao mesmo tempo, o governo se empenhará em recuperar e expandir a infra-estrutura, notadamente no que se refere à produção de energia — melhorando a gestão de projetos ora estagnados, resolvendo contenciosos ambientais, recorrendo a PPPs (parcerias público-privadas) e eventualmente até reduzindo o

superávit primário, com o beneplácito do mercado, a fim de aumentar o investimento público. Contudo, mesmo neste cenário positivo, o crescimento do PIB dificilmente atingirá os “5% ou 6%” que Lula apresentou como favas contadas durante a campanha eleitoral.

No terreno legislativo, a grande questão é o grau de comprometimento de Lula com as reformas tidas como necessárias à sustentação do crescimento no longo prazo. Podemos dar como praticamente certo que a *reforma previdenciária* voltará à mesa de negociações, mas não dispomos ainda de indicações quanto ao rigor pretendido nem quanto ao momento do segundo mandato que Lula julgará apropriado para encetá-la. Na mesma ordem de idéias, terá ele disposição para negociar com os sindicatos e encaminhar ao Congresso uma proposta séria de *reforma trabalhista*, com o objetivo de reduzir os custos

de contratar e demitir? Se as reformas previdenciária e trabalhista já parecem esbarrar em certas dificuldades, mais ainda isso acontecerá no caso da *reforma tributária* e de uma possível proposta de *desvinculação definitiva de receitas* no orçamento da União. Nesse cenário positivo, mas repleto de incertezas, não será surpresa se uma *reforma política* ganhar espaço: algo como uma lei de fidelidade partidária e/ou uma emenda constitucional que viabilize a implantação do voto distrital (puro ou misto). Esta não seria uma medida com impacto econômico, mas serviria como sinal de uma disposição “modernizadora” em relação ao sistema político.

Em que pese sua coerência na prancheta, o cenário acima delineado envolve diversos problemas, dois dos quais devem ser aqui mencionados, à guisa de conclusão. Primeiro, não será bem recebido pelas *constituencies* tradicionais de Lula — partidos de esquerda, trabalhadores sem-terra, ativistas ligados à Igreja etc, e nem mesmo pelo PT, que a esta altura já deve estar pensando nas eleições de 2008 e 2010. Antecipando um pleito sem a participação de Lula, os petistas certamente haverão de preferir uma política econômica menos preocupada com a estabilidade, portanto expansionista e distributivista, a fim de assegurar-lhes um terreno continuamente favorável.

Outro problema, mais grave, é a possibilidade de fracasso, seja por não ter o governo feito o seu “dever de casa” ou por qualquer outra razão. Sem convicção para manter uma política de sacrifícios e constatando a severidade das restrições



financeiras e de infra-estrutura à retomada do crescimento, não é descabido supor que Lula venha a emitir sinais ambíguos, alternando sinalizações expansionistas e restritivas e postergando ao máximo a opção por uma linha consistente. Atingido esse ponto — e a exemplo do que se passou em 1988-89 — configura-se cada vez mais um cenário de “sarneyzação”. Dissemina-se entre as lideranças políticas e da sociedade a situação conhecida no jargão político como “vaca estranhando bezerro”: a percepção de que nada mais há a fazer. Daí até o final do mandato, as atenções estarão voltadas para a estabilidade institucional e a prevenção de danos mais graves à economia.

Cabe aqui uma breve referência ao que se tem chamado de “neo-populismo” ou “neo-esquerdismo” latino-americano, exemplificado sobretudo por Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia. Na Argentina, a antiga clivagem entre *peronistas* e *radicais* atenuou-se a partir da redemocratização liderada por Alfonsín e a adoção de políticas *market-friendly* por Menem, mas não se desfez completamente. Obviamente não passaram despercebidas as turbulências ocorridas desde o fim da paridade cambial e a presente concentração de poderes na presidência Kirchner, reforçando a impressão de que as instituições argentinas são mais débeis do que as brasileiras.



## **AMBIENTE INTERNACIONAL E POLÍTICA EXTERNA**

**O “mecanismo de ajustamento competitivo”  
elaborado para proteger os produtores argentinos  
demonstra como o Mercosul perdeu o rumo. A  
política externa é um rosário de mancadas**

Da mesma forma, no México, a recente eleição presidencial deixou dúvidas quanto à vitalidade do processo democrático. Não obstante os avanços econômicos que o levaram a ser reconhecido como *investment grade*, o México parece menos desenvolvido do que o Brasil no aspecto político — o que aliás se compreende em vista do quase-monopólio exercido durante um

longo período pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional).

- O neo-populismo ou neo-esquerdismo na América Latina. Venezuela, Bolívia, Argentina, quase Humala no Peru, quase Obrador no México, Ortega na Nicarágua.

- Um rosário de mancadas: BID, Doha e Hongkong, Petrobrás e a Bolívia, Argentina, Mercosul e a negociação sobre o setor automotivo, e outras (?).

O “mecanismo de ajustamento competitivo” — elaborado para proteger os produtores argentinos, um eufemismo para designar medidas protecionistas contra as exportações mútuas — demonstra como o Mercosul perdeu o rumo.

# A MODERAÇÃO EM TEMPOS DE CÓLERA

Bernardo Kucinski

Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP



Fotos: Daniel Garcia

*“Nas reformas do primeiro mandato de Lula predominou a agenda do capital financeiro. Uma boa aposta é a de que o segundo mandato aplicará com mais desenvoltura as políticas públicas de favorecimento aos pobres; tentará limitar de modo gradual o poder dos banqueiros; e terá maior presença do Estado. Porém, como não foram propostas mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal e na composição do Conselho Monetário Nacional, mantém-se a ‘rede de aço invisível’. A moderação e o gradualismo de Lula excluem a estratégia da ruptura, adotada por Chávez, Kirchner, Morales e outros líderes”*



A aprovação de Lula pela maioria esmagadora do povo pobre do Brasil não eliminou o sentimento de que o primeiro mandato deixou a desejar, não fazendo jus à dimensão épica da vitória de 2002. É verdade que fizemos muito mais do que a grande imprensa quer admitir: enterramos a ALCA, desafiámos o consórcio imperialista em Doha, criámos o grupo dos 20, demos suporte às revoluções democráticas na América Latina; aumentamos substancialmente o salário mínimo e mais ainda o seu poder de compra, criámos o Prouni e o Bolsa Família; levamos “luz para todos”; abrimos espaço para um notável salto de qualidade no protagonismo dos movimentos sociais. Mas tudo isso foi insuficiente para “mudar o Brasil”, para transformar estruturalmente e de modo irreversível nossa sociedade. Faltou o principal: romper o ciclo da estagnação econômica. É isso que se espera de um segundo mandato.<sup>1</sup>

No primeiro mandato, apesar da empolgação inicial com o “Fome Zero”, instalou-se um certo desencanto quando ficou claro que o Banco Central havia sido entregue aos banqueiros de porteira fechada. Depois, veio o escândalo do chamado “mensalão”, explorado intensamente pelas elites e pela oposição desejosa de derrubar o governo desse líder operário. Com o ataque massacrante das CPIs e da grande

imprensa, sobreviver acabou sendo um fim em si mesmo, consumindo boa parte das nossas energias.

Foi um primeiro mandato essencialmente defensivo e contraditório: medíocre do ponto de vista gerencial, dramático do ponto de vista político. Na economia predominou o viés recessivo do Banco Central, que o presidente tentava compensar expandindo o crédito ao consumo de baixa renda. No limite, uma política esquizofrênica que cobrou um preço altíssimo para a modesta tarefa de controlar uma inflação já declinante e sem gás, graças à queda do dólar.

*Durante quase todo o primeiro mandato, Palocci interditou o debate e o governo manteve-se obediente às categorias criadas pelo FMI para amarrar nossas mãos, como a invenção “Superávit Primário”*

Houve expansão do mercado interno, sonho dos antigos “economistas do PT”, mas pequena e às custas do crédito consignado, que ampliou a esfera de influência do capital usurário. Agora, até os mais pobres entre os pobres devem aos bancos.<sup>2</sup> Nossas exportações adaptaram-se admiravelmente ao avanço dos manufaturados chineses e à queda do dólar com ganhos de produtividade, contrariando os prognósticos catastrofistas do tucanato, mas às custas de salários menores. Não aconteceu a tão temida queda nas exportações, e o déficit nas transações com o exte-

rior virou superávit, mas às custas de um baixo crescimento econômico.<sup>3</sup> Todas as economias periféricas alcançaram taxas muito mais altas de expansão do produto.

Perdemos duas grandes oportunidades: a de re-estruturar a dívida interna, sem o que continuamos reféns do mercado financeiro, e a de reestruturar nossa infra-estrutura logística. O governo argumentou que o Brasil caminhava para o abismo e a inflação disparava, perigos que teriam sido neutralizados ao deixarmos o Banco Central nas mãos dos banqueiros. Depois, amainadas as pressões, surgiu a tese de que a “correlação de forças era desfavorável”, como se a própria vitória de Lula em nada tivesse alterado essa correlação.

Durante quase todo o primeiro mandato, Palocci interditou o debate e o governo manteve-se obediente às categorias criadas pelo FMI para amarrar nossas mãos, como essa invenção chamada “Superávit Primário”, que proíbe investimentos, até de empresas estatais com recursos próprios e a necessidade urgente de investir.<sup>4</sup> O governo se afastou dos intelectuais, como se eles fossem um estorvo, e desprezou até projetos específicos de alta qualidade do Instituto Cidadania, como o Projeto Moradia.

Nas reformas do primeiro mandato predominou a agenda do capital financeiro.<sup>5</sup> Quando nossas propostas se defrontavam com interesses fortes do campo conservador,

recuávamos. Assim, a resistência dos grandes proprietários à revisão dos parâmetros de produtividade da terra limitou severamente o âmbito da reforma agrária; a resistência dos caciques políticos esvaziou os comitês gestores do Fome Zero. A resistência da Globo levou à derrota das propostas de novas políticas de comunicação social, como a da Ancinav.

Mesmo assim, Lula saiu-se muitíssimo melhor do que o PT, que com os escândalos perdeu praticamente 20 anos de esforço na construção de uma hegemonia ideológica. O PT parece ter crescido eleitoralmente já que elegeu cinco governadores. Mas perdeu toda a classe média. É um outro PT com outra base eleitoral. Pode ser que o voto massivo em Lula das camadas mais pobres e a derrota de oligarquias do Nordeste, entre as quais o carlismo, permitam a construção de um outro tipo de hegemonia, fundada nas camadas populares. Mas sua consolidação é mais difícil, frente ao domínio dos aparelhos ideológicos de Estado pelas elites tradicionais, em especial a mídia.

O segundo mandato começa com uma importante mudança na correlação de forças internas ao governo, devido às quedas de Palocci e de José Dirceu, que o apoiava na maioria dos embates macro-econômicos importantes, assim como as saídas de Gushiken e do presidente do IPEA, Glauco Arbix. O grupo palocista afinado com a ortodoxia moneta-

rista, quase todo originário da antiga Libelu de formação trotskista, desapareceu como pólo articulado de poder dentro do governo, embora sobrevivam alguns de seus integrantes. Essa é a principal diferença entre os núcleos dirigentes do primeiro e do segundo mandato. Foi essa mudança que permitiu o lançamento, ainda que tardio, de pacotes de estímulo à moradia e auto-construção.

Mas ficou um vazio em termos de um pensamento coletivo estruturado, como era o pensamento internacionalista da Libelu, que apenas trocara a “revolução permanente” do camarada Trotsky pela

***Se há agora um grupo predominante é o dos sindicalistas, representados pelo ministro Luiz Marinho. Se há um pensamento predominante é o da busca do crescimento. O pensamento deu uma guinada à esquerda***

globalização permanente do “Deus mercado”. Nesse vazio ideológico, graças também à sua vitória pessoal na campanha sucessória, o presidente se tornou mais autônomo, mais auto-confiante e mais sensível à sua base de apoio sindicalista e ao eleitorado mais pobre que repudiou o golpismo e lhe deu a vitória no segundo turno.

Se há agora um grupo articulado predominante é o dos sindicalistas, representados no governo pelo ministro Luiz Marinho. Se há um pensamento predominante é o da busca do crescimento, a ansiedade por recuperar o tempo perdido. A

visão do processo político tornou-se menos ingênua, depois do enfrentamento pesado com as CPIs e com a grande imprensa. O pensamento deu uma guinada à esquerda, graças às influências de Tarso Genro e Marco Aurélio Garcia e ao repúdio público no segundo turno ao modo como foram feitas as privatizações no Brasil.

Também deu-se uma desobstrução parcial nos mecanismos decisórios. Quando perdia uma discussão, o grupo palocista recorria à obstrução burocrática. Na Casa Civil, divergências de natureza estratégica arrastavam-se indefinidamente. Tudo isso acabou. Mas a desobstrução é apenas parcial, porque nem o PT se propôs a criar uma nova centralidade de forças políticas que capitalizasse a vitória espetacular de Lula, satisfazendo-se com o acesso a instâncias do poder, nem o próprio presidente criou uma mística que justificasse o rompimento da paralisia que afeta hoje o Estado brasileiro.

Sistemas democráticos com divisão de atribuições entre três poderes tendem a impasses e à paralisia. No nosso caso, os impasses se agravaram com a Lei de Responsabilidade Fiscal e o controle do Banco Central, Tesouro e Planejamento pelos neoliberais. Daí o virtual travamento da máquina do Estado, a não aplicação de recursos públicos disponíveis — como o FUST, criado para promover a inclusão digital — e a exasperadora demora na resposta a crises como a da aftosa, na recuperação das estra-

das, e na implantação de projetos de integração latino-americana e das Parcerias Público-Privadas.

Só o executivo, nesse tipo de Estado, pode romper o impasse entre os três poderes. Mas diferentemente de Getúlio e de Juscelino, não por acaso citados por Lula como referências, o gradualismo e a moderação de Lula excluem essa alternativa. Não permitem o surgimento de uma mística que justificasse esse rompimento. Nem ela é desejada. O presidente parece ver no gradualismo uma virtude que vai dar seus frutos no longo prazo.

Mas o tempo político brasileiro não tem prazos longos. E como não foram propostas mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal e nem na composição do Conselho Monetário Nacional, mantém-se a “rede de aço invisível” a que o próprio Lula se referiu no seu discurso de posse do segundo mandato.

A questão central é: até que ponto haverá apenas uma correção de rumo, ou o rompimento de padrão que os petistas de 2002 esperavam? Os primeiros movimentos do presidente indicam uma mudança importante de rumo, mas sem rompimento de padrões, ao contrário, uma reiteração da moderação e da negociação como virtudes políticas. A ação negociada deixa de ser casuística e se torna sistêmica, como método científico de governar democraticamente, em contraste com os oito anos de elitismo tucano e de atropelos neoliberais. O que

leva a uma segunda questão: até que ponto é possível “mudar o Brasil” sem um rompimento de padrão? Ou será que a ação intensamente negociada com a sociedade civil e com as forças políticas é em si mesma um rompimento de padrão, só que mais sutil, de menor visibilidade, mas mais eficaz? Isso, só o futuro nos dirá.

O horizonte da economia internacional continua favorável. Uma boa aposta é a de que o segundo mandato do governo Lula aplicará com mais desenvoltura e auto-confiança as políticas públicas de favorecimento aos pobres (mais Prounis e não menos, mais salário mínimo e

uma rede nacional pública de rádio e TV; há uma notável mudança de ânimo da parte do presidente, que já não aceita os “isso não pode” da burocracia palaciana.

Mas em vez de aproveitar o vazio deixado por um Congresso desmoralizado, lançando ações de grande envergadura ampliando a liberdade de ação do executivo, o governo perdeu um tempo precioso e enorme com a eleição da presidência da Câmara e a decisão de elevar a qualidade da aliança de apoio parlamentar ao governo. São ações inspiradas nas derrotas do passado, tanto na batalha do crescimento econômico quanto na direção da Câmara dos Deputados.

Mas podemos ser surpreendidos por frentes de luta totalmente novas, principalmente devido à dinâmica dos acontecimentos na América Latina. Com as vitórias de Rafael Correa no Equador e

Daniel Ortega na Nicarágua, e os avanços continentais de Chávez, não há dúvidas de que está em curso no nosso subcontinente um processo de mudanças políticas profundas.

Todos esses líderes latino-americanos adotaram a estratégia da ruptura. Kirchner chega a dramatizar os confrontos para construir os vínculos com seu povo. Chávez também faz isso, embora sua platéia sejam os mais pobres e não a classe média. Evo Morales foi a ponto de ocupar militarmente refinarias da Petrobrás, para ganhar votos na campanha da Constituinte.

***Os primeiros movimentos do presidente indicam uma mudança de rumo, mas sem rompimento de padrões, ao contrário, reiterando a moderação e a negociação. Até que ponto é possível “mudar o Brasil” sem rompimento de padrão?***

não menos, mais bolsa família e não menos); tentará limitar de modo silencioso e gradual o poder dos banqueiros, sem fazer disso uma plataforma ideológica, e terá maior presença do Estado e não menor. Tentará superar o atraso nos investimentos de infra-estrutura, mas sem garantia alguma de que conseguirá resultados importantes.<sup>6</sup>

O presidente pediu ao ministro da Fazenda que apresente um plano de crescimento acelerado baseado em incentivos fiscais ao investimento; pediu ao Ministro das Comunicações um plano de implantação de

Não se trata apenas de diferenças de estilo, embora os estilos tenham também o seu peso. Trata-se de processos políticos totalmente diversos: na Bolívia e no Equador, levantes populares derrubaram presidentes, levando ao poder, pela primeira vez na história, as comunidades indígenas; na Argentina também foram derrubados presidentes num processo de rebelião das classes médias empobrecidas tão violento que habilitou Kirchner a dar o calote em boa parte da dívida externa, fato também inédito na história da América Latina. Chávez aprofunda sua “revolução bolivariana”, associando-a à palavra socialismo e a um espaço continental. Em todos esses países, privatizações foram interrompidas, e em alguns recursos naturais estratégicos foram estatizados.

Instalou-se na América Latina um novo tipo de democracia direta e plebiscitária, combinando formas pacíficas de manifestação e referendos para mudar a Constituição com demonstrações de força dos



***Instalou-se na AL um novo tipo de democracia direta e plebiscitária, manifestações pacíficas e referendos combinam-se com demonstrações de força dos movimentos populares. O momento é favorável: o “imperialismo” está muito ocupado com o Iraque***

movimentos populares. O momento é favorável: o “imperialismo” está muito ocupado tentando digerir o Iraque; as *commodities*, o petróleo e o etanol são hoje tão indispensáveis à economia mundial como era o açúcar na era das descobertas.

Trata-se de um processo veloz, que deve desencadear novos conflitos, ainda mais intensos, e reações violentas dos derrotados, como já acontece na Bolívia e no México.

Como fica a liderança de Lula nesse cenário? Até que ponto o gradualismo e a moderação de Lula ainda servem a esse momento histórico? Se Lula foi a grande âncora desse processo, a garantia de que não haveria aventuras ianques contra Chávez ou Evo Morales, qual agora o seu papel? Será ainda mais valorizado?

Ou ele se esgotará frente às inevitáveis tensões desse novo cenário?

Nós desencadeamos o processo de integração autônoma da América Latina mas podemos ser atropelados. Talvez Lula consiga acelerar os projetos de integração física do continente e com isso contrabalançar a influ-

ência de Chávez e restabelecer sua liderança. Mas nada disso será possível se continuarmos sem um projeto nacional e sem uma mística, sem crescimento econômico vigoroso, apenas obedecendo a pedacinhos de papel assinados por burocratas medíocres.

## Notas

1 Este artigo foi escrito num momento em que ainda não se conhecia o ministério completo do segundo mandato de Lula e nem o conteúdo preciso de seu Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

2 Juros de 2% ao mês para empréstimos garantidos por desconto em folha de pagamento em ambiente de inflação quase zero são exorbitantes; equivalem a quase 30% ao ano.

3 Mas sofreram grandes danos e perda de emprego três setores mais atingidos pela queda do dólar: calçados, mobiliário e têxteis.

4 Esse superávit é definido de modo a isolar das medidas restritivas o pagamento dos juros. O governo mantém-se estranhamente preso a essa categoria, mesmo depois de terminado o acordo com o FMI por efeito do pagamento antecipado dos empréstimos. Agora diz que pretende reduzir esse saldo de 4,25% do PIB, como está na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para 3,75%, transferindo a diferença para o Projeto Piloto de Investimento (PPI), permitido pelo FMI para investimentos que permitiriam ganhos futuros importantes.

5 Como são os casos da nova Lei de Falências, Lei da Afetação Imobiliária, isenção de impostos a investidores estrangeiros em títulos públicos e o cadastro do bom pagador. A última delas, já no segundo mandato, é a quebra do monopólio do mercado de resseguros, exercida pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

6 As primeiras iniciativas do segundo mandato foram: assinatura de um acordo formal com as centrais sindicais instituindo um mecanismo permanente de valorização do salário mínimo; antecipação da forma-

ção da Força de Segurança Nacional para ajudar no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro; suspensão dos editais de concessão de rodovias à administração privada para reavaliação dos contratos, considerados abusivos; retomada da construção dos quatro metrô sob co-responsabilidade federal; retomada do projeto de transposição do Rio São Francisco, lançando-se os editais de especificação técnica da primeira fase da obra; sanção presidencial à Lei do marco regulatório do saneamento básico.



# ADUSP 30

## SUPERAÇÕES

Antonio Biondi e  
Jorna

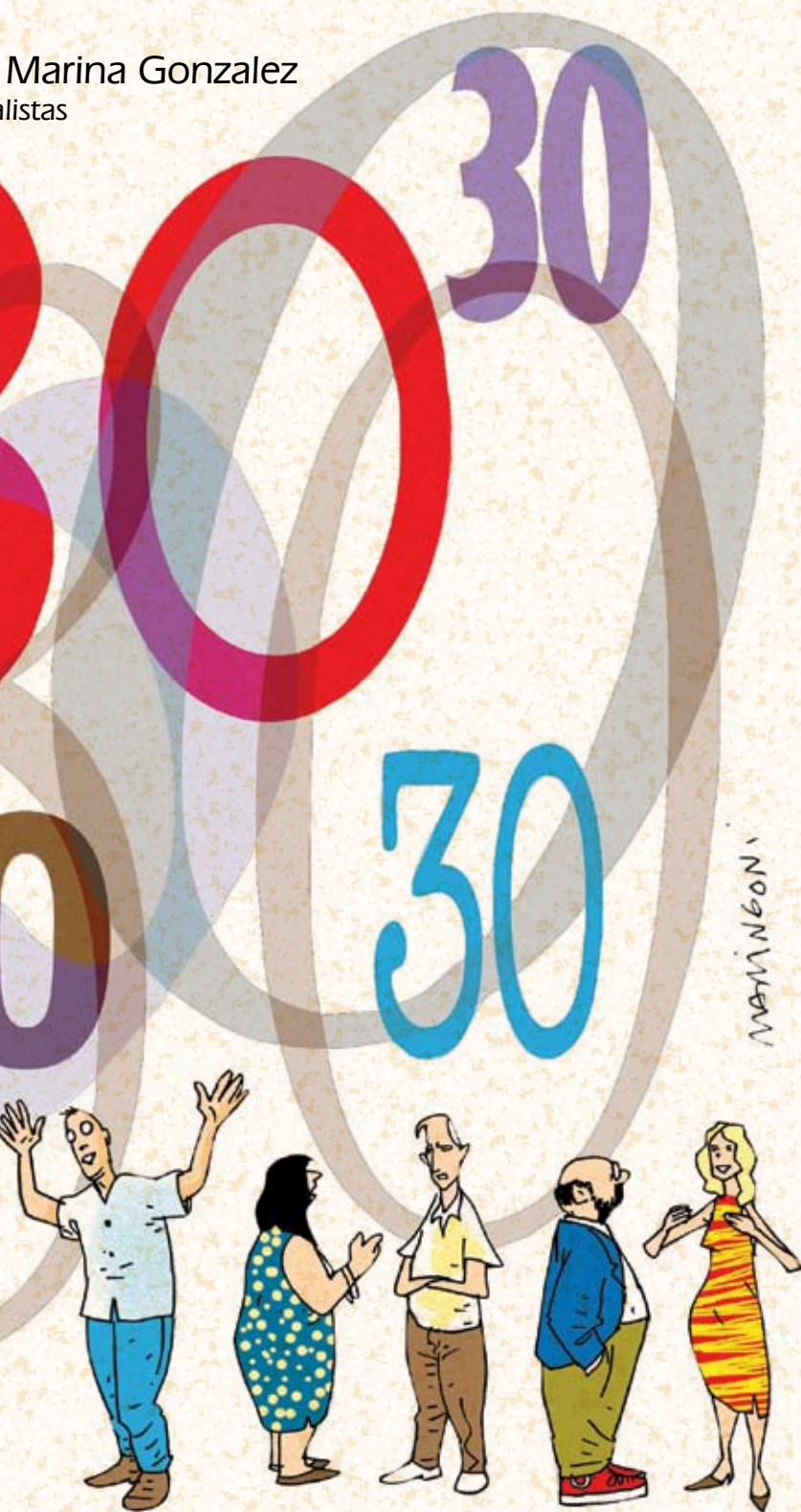
*Desde o início da década de 1990, a Adusp e demais entidades representativas dos docentes universitários passaram a defrontar-se crescentemente com o impacto das políticas neoliberais: sindicalismo na defensiva, expansão do ensino superior privado, privatização interna das universidades públicas, assimilação pelo MEC de ditames produtivistas*





# 30 ANOS: E RESISTÊNCIA

Marina Gonzalez  
ilustradora



*do Banco Mundial, fomentadores da avaliação como instrumento de controle dos docentes. Na USP, tais mudanças refletiram-se na expansão das fundações privadas, na atuação de órgãos como a Cert, na desmobilização dos docentes. Em 2006, a Adusp completou 30 anos resistindo ao individualismo e ao feitiço do “mercado”*



**C**riada em 1976, os primeiros anos da Adusp foram (e não poderia ser diferente) fortemente marcados pelo embate com a Ditadura Militar: basta dizer que a primeira diretoria eleita tomou posse, em junho de 1977, “na mesma noite em que foram cassados quatro deputados”, como recorda o professor Modesto Carvalhosa, então presidente da entidade. Esse período inicial comportou desafios, sonhos e conquistas, entre as quais destaca-se a sua própria consolidação como instrumento de organização da categoria — visível na Greve de 1979 — e fator democratizante da universidade, como bem lembra o professor Antonio Cândido, pois “numa assembléia da Adusp, o MS-1 era igualzinho ao MS-5”.

Iniciado o ano de 1985, a Ditadura em colapso, a Adusp, sem deixar de lado suas atividades propriamente sindicais, engajou-se nas lutas pela redemocratização do país e pela autonomia das universidades estaduais paulistas. O movimento sindical, em seu conjunto, entrou em ascenso na segunda metade da década de 1980, impulsionado pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os funcionários públicos conquistaram o direito de associação na Constituição Federal de 1988. No entanto, o início da década de 1990 assinalou uma “virada” extremamente negativa para o mundo do trabalho, no Brasil, confirmando uma tendência mundial de ataque aos sindicatos iniciada com Margareth Thatcher na Inglaterra.



**Negociação com reitores,  
campanha salarial de 1994**

No país, a ascensão do pensamento neoliberal ao poder, primeiro com Collor de Melo e depois com Fernando Henrique Cardoso, criaria um cenário de perdas crescentes para os trabalhadores. A queda dos regimes da URSS e Leste Europeu (em 1989-1990) e a forte propagação do discurso neoliberal — dos valores do individualismo e do “mercado” — colocaram na defensiva os trabalhadores, dando o mote ao corte de direitos praticado por governos e empresas. O desemprego estrutural acentuou-se, como fruto da reestruturação industrial e das privatizações. O neoliberalismo passou a incidir em todas as políticas públicas, deixando suas marcas na educação e no ensino superior, e afetou todo o tecido social.

Assim, ao longo dos anos 1990, a Adusp, como as demais entidades de representação dos docentes universitários, defrontou-se com diversas mudanças, cuja tônica foi, por um lado, a expansão do ensino

superior privado, e por outro lado um forte crescimento da privatização interna da universidade pública em geral — e da USP em particular, por meio de diferentes mecanismos, destacando-se entre eles as fundações privadas ditas *de apoio*.

Paralelamente, instituições como o Banco Mundial passaram a ditar normas a serem adotadas pelos países periféricos, dando ênfase ao fator da avaliação. Fortaleceu-se, nos órgãos do MEC e nas agências de fomento à pesquisa, um viés altamente produtivista e controlador do trabalho docente. Isto combinou-se com seguidos ataques ao funcionalismo público, bem como, nos governos FHC e Lula, com reformas da Previdência que eliminaram direitos.

Os complexos problemas trazidos pela “onda neoliberal” da década de 1990 abriram novas frentes de combate para a Adusp, obrigando-a a se estruturar para superar os novos desafios. Fortalecendo seus departamentos jurídico e de comunicação, a entidade precisou desdobrar-se para





Daniel Garcia

Plenário da Alesp, greve de 1996

fazer valer os interesses de seus associados, sem abandonar sua perspectiva original de superação do “corporativismo” — de luta, portanto, por uma sociedade justa e democrática. Assumiu uma posição firme contra a mercantilização do ensino e em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, vinculando-a às jornadas de mobilização por melhores salários e condições de trabalho.

Ciro Correia, professor do Instituto de Geociências (IGc), presidente da Adusp na gestão 2001-2003, explica que a associação segue um rumo traçado desde 1987, quando a corrente “Participação” ganhou sua primeira eleição, elegendo como presidente o professor Francisco Miraglia, do Instituto de Matemática e Estatística (IME). De acordo com o professor Correia, a “Participação” é uma corrente suprapartidária

*Instituições como o Banco Mundial passaram a ditar normas a serem adotadas pelos países periféricos, dando ênfase ao fator da avaliação. Fortaleceu-se, nos órgãos do MEC e nas agências de fomento à pesquisa, um viés produtivista e de controle dos docentes*

cujas propostas têm como centro a defesa da universidade gratuita, da universalização do ensino público e de uma universidade democrática. O professor avalia que, a partir da década de 1990, a alteração no estatuto da entidade, que majorou de 0,2% para 1% do salário-base a contribuição dos filiados, colabo-

rou decisivamente para fortalecer a estrutura da Adusp e suas lutas.

“As idéias e posicionamentos políticos passaram a ter um lado mais prático”, observa Correia, realçando que o fortalecimento da assessoria jurídica “possibilitou aos docentes um maior acesso à Justiça, com possibilidade de contestar decisões da universidade, leis estaduais, além de trazer acesso e orientação para os associados nesse campo”. Além disso, o professor do IGc destaca que a atuação da Adusp ganhou fôlego por meio da produção crescente e consistente dos informativos e em especial da *Revista Adusp*, lançada em 1995, “respeitada dentro e fora da USP”. Em 2001, a revista deu início à publicação de uma série de reportagens sobre o complexo fundacional privado existente na USP.

Além de promover amplo debate na comunidade universitária sobre a atuação das fundações, a Adusp





Passeata contra o confisco, 1999



mobilizou-se, questionando a atitude da Reitoria, de complacência perante as irregularidades e distorções. Uma das iniciativas resultou na realização de uma audiência pública da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. Ingressou com uma representação no Ministério Público Estadual (MPE), em 2002, contra a oferta de cursos pagos na USP, que já se tornara então uma lucrativa indústria.

A Reitoria, após enfrentar protestos — como a ocupação, em 2001, da sala do Conselho Universitário (CO) pelos estudantes, durante reunião que deliberaria sobre uma proposta de “regulamentação” das

*A representação encaminhada pela Adusp ao MPE em 2002 resultou em uma ação deste contra a USP, em 2005, requerendo a proibição da oferta de cursos pagos. Nesse mesmo ano, foi apresentada nova representação, desta vez contra estatutos de fundações que geram conflito de interesses*

fundações não debatida pela comunidade — resolveu criar, em 2003, uma comissão e depois um Grupo de Trabalho (GT Fundações) para avaliar a questão e propor soluções. Convidadas, as entidades representativas da comunidade aceitaram parti-





*Na greve de 2000, passeata do funcionalismo público e estudantes na Avenida Paulista*

cipar, ainda que em franca minoria no GT. A apresentação dos relatórios foi realizada em histórica sessão aberta do CO, em maio de 2004, na qual, “pela primeira vez em décadas, o colegiado máximo da USP abriu-se para ouvir, de modo oficial, manifestações de setores organizados da comunidade: DCE, APG, Adusp” (*Informativo Adusp* 160). O relatório de maioria do GT foi insuficiente e contraditório. As fundações mantiveram-se em atividade febril, apesar de alguns recuos táticos.

Mas a Adusp, que já organizara um seminário jurídico em março de 2004, persistiu. Reuniu-se com o procurador-geral de justiça, Rodrigo Rebello Pinho, a quem solicitou agilidade do MPE na representação que ela apresentara em 2002. Disso resultou, finalmente, em junho de 2005, uma ação judicial do MPE contra a USP, ação esta que está em andamento. Nesse mesmo ano, a Adusp encaminhou nova representação, desta vez contra estatutos de fundações que geram conflito de interesses, ao vincular o preenchimento de seus cargos (em diretorias e conselhos) aos cargos da USP.

Questionamentos, mobilizações, contestações jurídicas apresentadas em relação às fundações são vistos por João Zanetic, professor do Instituto de Física e 2º vice-presidente da Adusp, como “uma conquista e um movimento que deve prosseguir, buscando reverter essas situações”. Zanetic, que presidiu a Adusp na gestão 1991-1993, lembra que, entre outras vitórias conquistadas pela luta da comunidade universitária, as maiores fundações tiveram de





*“Aula na Greve”, instituída no movimento de 2000*

Fotos: Daniel Garcia



deixar de utilizar de forma escancarada a marca USP e precisaram sair dos *campi*. “Mantendo as ingêrências, porém. São desafios perenes”, acrescenta.

Zanetic destaca os danos provocados pelo processo de mercantilização do ensino superior, especialmente na última década. “O governo FHC nos levou a um crescimento exponencial do ensino superior privado, sem qualquer preocupação com a qualidade”, denuncia, observando ainda que o governo Lula transfere recursos públicos para as instituições privadas, por conta da renúncia fiscal e das bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni).

A leitura de Américo Kerr, professor do Instituto de Física, é de que esses investimentos no ensino privado colocaram a população mais carente “em um lixo de escola”. Ele sugere que se “pergunte a esse cidadão se ele não preferia que houvesse a expansão do setor público”. Presidente da Adusp na gestão 2003-2005, Kerr protesta contra

o que acredita ser uma apropriação indébita, por parte do governo federal, da bandeira da reforma universitária, “uma bandeira que nos é muito cara”. Segundo ele, a luta pela reforma universitária no Brasil remonta, no mínimo, a 1964, quando os movimentos a propuseram “para acabar com os poderes oligárquicos existentes nas instituições e conseguir uma universidade democrática e voltada aos interesses da maioria da população”. Na opinião de Kerr, hoje essa bandeira é utilizada pelo governo federal como um caminho para a consolidação do setor privado.

Atualmente, como fruto da política de expansão do ensino superior privado, mais de 90% dos alunos do ensino superior em São Paulo se encontram em instituições particulares. O baixo investimento dos governos federal e estadual em educação superior e na educação em geral tem sido objeto de denúncias e de propostas por parte da Adusp, para se alterar o quadro altamente negativo. Contudo, a luta da Adusp

por um outro projeto de Educação para o país e para o Estado de São Paulo não se restringiu à resistência à privatização. Ao lado das várias entidades reunidas no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, ela contribuiu com a formulação do Plano Nacional de Educação (PNE) – Proposta da Sociedade Brasileira, consolidado no II Congresso Nacional de Educação (Coned), em 1997.

Em dezembro de 1996, a Lei





**Tropa de choque ataca manifestantes na Avenida Paulista**

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fora aprovada pelo Congresso Nacional. Durante a sua tramitação, as propostas originais da sociedade civil foram desvirtuadas, até que o projeto final aprovado, de autoria do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), trouxe às entidades a percepção da série de derrotas sofridas. César Minto, professor na Faculdade de Educação e presidente da Adusp, conta que as der-

rotas na LDB levaram a sociedade civil a priorizar a construção do PNE—Proposta da Sociedade Brasileira, centrado na idéia da expansão da educação pública, com ampliação gradativa dos recursos públicos para o setor, tendo como referência o Produto Interno Bruto (PIB). Uma vez concluído, o PNE—Proposta da Sociedade Brasileira tornou-se um projeto de lei e começou a tramitar no Congresso Nacional.

Para fazer frente à proposta das entidades, o governo FHC viu-se obrigado a elaborar às pressas um outro projeto, também denominado Plano Nacional de Educação (e que chamaremos aqui de “PNE-governo”), para tramitar no Congresso Nacional. O “PNE-governo” não vingou, mas os parlamentares governistas conseguiram emendar e desfigurar, em parte, o PNE—Proposta da Sociedade Brasileira.





**Cavalaria na Paulista: a PM foi usada para intimidar os manifestantes**

Mesmo assim, quando aprovado em 2001, sofreu uma série de vetos de FHC: foi vetado, por exemplo, o artigo que previa que o investimento em educação subisse, paulatinamente — ano a ano, no decorrer de uma década — de 4,5% para 10% do PIB. “Os vetos de FHC incidiram especialmente no financiamento”, destaca o presidente da Adusp.

Em São Paulo, o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep-SP) tomou para si, em 1999, a tarefa de elaborar o Plano Estadual de Educação (PEE—Proposta da Sociedade Paulista), tendo como referências o

***No Congresso,  
os governistas desfiguraram  
em parte o Plano Nacional de  
Educação (PNE) proposto pelo Fórum  
Nacional em Defesa da Escola Pública.  
E, quando aprovado em 2001, FHC vetou  
o artigo que previa aumento paulatino,  
em 10 anos, do investimento em  
educação, de 4,5% para  
10% do PIB***

PNE—Proposta da Sociedade Brasileira, a Constituição Federal (1988), a Constituição do Estado de São Paulo (1989) e o projeto original da LDB (aprovado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em 1990). O *Informativo Adusp* 149, de outubro de 2003, registra que “em apenas dois dias, a Assembléia Legislativa de São Paulo recebeu duas propostas de política educacional. (...) A primeira, no dia 14/10, foi entregue pelo Fedep-SP (...). No dia 15/10, chegou a proposta do governador Geraldo Alckmin”. As duas propostas, antagônicas, tramitam na casa como projetos de lei.





**Reitor Marcovitch em assembléia da Adusp (2000): insensibilidade**



Fotos: Daniel Garcia

**Greve de 2000: um abraço simbólico no prédio da Reitoria**

O professor Minto avalia que o processo iniciado no PNE–Proposta da Sociedade Brasileira e consolidado no PEE–Proposta da Sociedade Paulista desemboca na inserção direta e “cotidiana” das entidades no processo de elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento Anual do Estado. Em 2005 e 2006, a luta de várias categorias e entidades chegou a conquistar, na Assembléia Legislativa, aumentos do percentual

de verbas da LDO destinado à educação como um todo (de 30% para 31% da receita de impostos), bem como às universidades estaduais paulistas, e um percentual fixo de repasse para o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps). Tais aumentos foram posteriormente vetados pelos governadores Geraldo Alckmin e Cláudio Lembo, respectivamente.

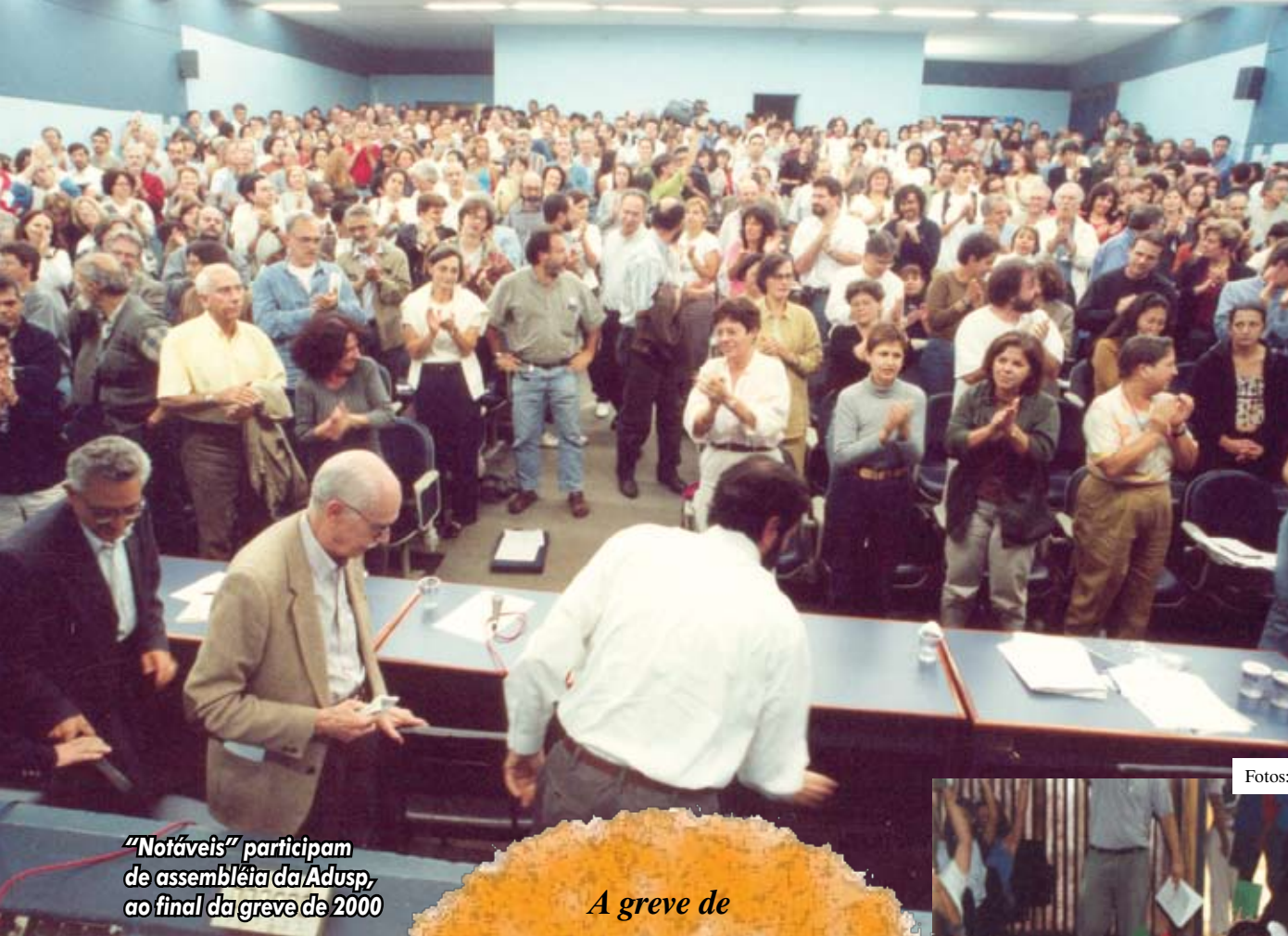
A luta por mais recursos públicos para a educação — que envolve um

esforço de capacitação técnica e política para analisar e debater questões como arrecadação, sonegação, isenção de impostos e outras — tem sido correlata à atuação da Adusp e demais membros do Fórum das Seis, em defesa de melhores salários e condições de trabalho para docentes e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps, além de recursos para moradia e assistência estudantil. Um dos momentos mais marcantes foi a Greve de 2000, que buscava repor perdas salariais que vinham se acumulando desde 1995 — e chegavam, no início do ano, a 33%. O movimento reivindicava 25% de reajuste imediato e uma política permanente de reposição salarial.

O Conselho de Reitores (Cruesp), e particularmente o reitor da USP, Jacques Marcovitch, seu presidente à época, demonstraram insensibilidade ao postergar por meses as negociações, e

depois ao fazer contraproposta tão pífia que irritou as categorias e estimulou a mobilização. Foram 52 dias de greve. O *Informativo Adusp* 75, de junho de 2000, registra que “de 26 de abril, quando paralisaram suas atividades, a 19 de junho, quando retornaram ao trabalho, docentes e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Centro de Educação Tecnológica Paula Souza estiveram lutando por melhores salários e pela universidade pública, gratuita e de





Fotos: Daniel Garcia

**“Notáveis” participam de assembléia da Adusp, ao final da greve de 2000**

***A greve de 2000 enfrentou situações de grande tensão, como a ocorrida em 18/5, quando a PM de Covas reprimiu, ao lado do Masp, milhares de manifestantes que saíam em passeata até a Assembléia Legislativa. E conquistou um reajuste salarial acumulado de 25%***



**Congresso da USP, em 2001**

qualidade. Foi um movimento vitorioso — e o maior desde o advento da autonomia universitária. Unificadas no Fórum das Seis, apoiadas por um movimento estudantil que renasce com força, as categorias em greve arrancaram do Cruesp conquistas econômicas impensáveis um ano antes”.

A Greve de 2000 teve outros marcos históricos, como a realização das Aulas na Greve, no gramado da Reitoria da USP, e a criação de uma Comissão de Intermediação (também chamada de Comissão dos Notáveis) composta pelos professores Alfredo Bosi, Antonio Can-

dido, Aziz Ab’Sáber, Dalmo Dallari, Gerhard Malnic, Milton Santos. O movimento enfrentou situações de grande tensão e risco, como a ocorrida em 18 de maio, quando a Polícia Militar do então governador Mário Covas reprimiu violentamente junto ao Museu de Arte de São Paulo (Masp) os cerca

de 50 mil manifestantes que pretendiam realizar uma passeata que iria da Avenida Paulista à Assembléia Legislativa, no Ibirapuera.

Marcos Magalhães, professor do IME, presidente da Adusp no período da greve, ressalta que “a efervescência que se conseguiu com a Greve





Professor Jair Borin em debate de "reitoráveis", em 2001



de 2000 possibilitou discutir muitas outras coisas", ligadas à universidade pública e à educação. Quem participou, diz ele, "certamente se beneficiou dessa experiência". A greve garantiu a docentes e funcionários um reajuste salarial acumulado de cerca de 25%, o maior conquistado

por uma categoria no país nesse ano. "Diria que nesse período se consolidou uma posição da Adusp com relação à questão salarial", completa o professor. O fortalecimento do movimento estudantil verificado durante e após a greve de 2000 incidiu, entre outras mobilizações importantes, na realização de uma greve dos estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) em 2002, que reivindicava mais professores para a unidade. Após 105 dias de paralisação, o movimento conquistou um acordo que previa a contratação de 92 docentes para a unidade em 2002 e 2003 — defendiam inicialmente que fossem 256, ao passo que a Reitoria acenava com apenas 12.

Carla Carvalho, professora do Instituto de Ciências Biomédicas

e 1ª secretária da atual diretoria da Adusp, atribui fundamentalmente à greve de 2000 o fato de haver se aproximado da entidade. Ela destaca que, de imediato, percebeu como aspectos fundamentais na atuação da Adusp o respeito à democracia, a busca pelo consenso e o respeito às opiniões. Ao mesmo tempo, porém, diante da apatia generalizada que se constata hoje, Carla destaca que uma indagação necessária

é: *como chegar aos colegas?* Diana Vidal, da Faculdade de Educação, pensa que as exigências das agências de fomento têm atuado poderosamente no sentido de isolar os docentes: "Temos trabalhado mais como professores, pesquisadores, e cada vez menos como universitários no sentido amplo. Nos últimos cinco anos, isso aumentou muito".

O professor Francisco Miraglia, hoje 1º vice-presidente da Adusp, considera que houve "um aumento da intensidade do trabalho, mas também um aumento da alienação, uma separação ideológica da discussão da natureza do trabalho e do controle do trabalho de cada docente" — situação que, na sua avaliação, precisa ser enfrentada com cada docente e funcionário buscando ser sujeito do seu trabalho. O controle do trabalho docente por meio da avaliação enveredou por distorções que levaram a entidade, a partir de 2001, a um enfrentamento com a Comissão Especial de Regimes de Trabalho





**Marcha ao final de ato em defesa da FFLCH, em 2001**



Fotos: Daniel Garcia

(Cert). Nesse mesmo ano, o professor Dalmo Dallari, da Faculdade de Direito, alertou para o fato de que a Cert se tornara “quase que um sistema à parte” na USP, e que “a inexistência de critérios claros a leva a tomar decisões arbitrárias que envolvem a vida de docentes, departamentos e unidades” (*Revista Adusp* 21).

A Adusp lutou para que as avaliações passassem do plano individual para o institucional. Durante o mandato do reitor Adolpho Melfi, entendeu-se que a Cert deveria voltar à função original, de fiscalizar o cumprimento dos regimes de trabalho, em vez de executar avaliações, pressionar e punir docentes supostamente “improdutivos”. O Regimento da USP foi alterado, de modo a impedir que os integrantes da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) fossem automaticamente os da Cert e da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA). Tais mudanças exigem acompanhamento permanente: na atual gestão da Reitoria, voltou a

***No reitorado de Melfi, a avaliação refluíu como método de controle. Na atual gestão, porém, voltou a haver acúmulo de cargos na CPA, CAA e Cert, e o professor Daciberg, do IME, adverte: a Cert, ao analisar questões administrativas, continua fazendo avaliações de mérito***

haver acúmulo de cargos e concentração de poderes nessas comissões. O professor Daciberg Gonçalves, do IME, adverte: a Cert, ao analisar questões administrativas, continua fazendo avaliações de mérito.

“Antes de discutir avaliação, tem que se discutir avaliar para quê”, sustenta o professor Ciro Correia. “Não se quer discutir o sistema educacional, os objetivos, as condições, etc. As avaliações, internas e externas, como o Provão, foram todas feitas sem

responder essas questões”, critica. “Busca-se impor, externa e internamente, mecanismos que gerem competitividade e controle”, analisa o presidente da Adusp, César Minto. “É preciso desconstruir esse discurso, que joga sobre o indivíduo e a instituição a culpa por problemas que não são gerados por eles”.

Outra situação grave enfrentada pela Adusp desde o final da década de 1990 é a dos contratos precários, que chegou a afetar 40% do corpo docente da universidade. Os “precários”, professores contratados não por concurso público, mas em processos seletivos, não gozam das mesmas garantias. Mesmo que tenham dez, 15 ou mais anos de serviço na USP, podem ter seus contratos “descontinuados” quando da renovação periódica, bastando, por exemplo, que se desentendam com o chefe de departamento. Em 2004, o CO finalmente aprovou a exigência da



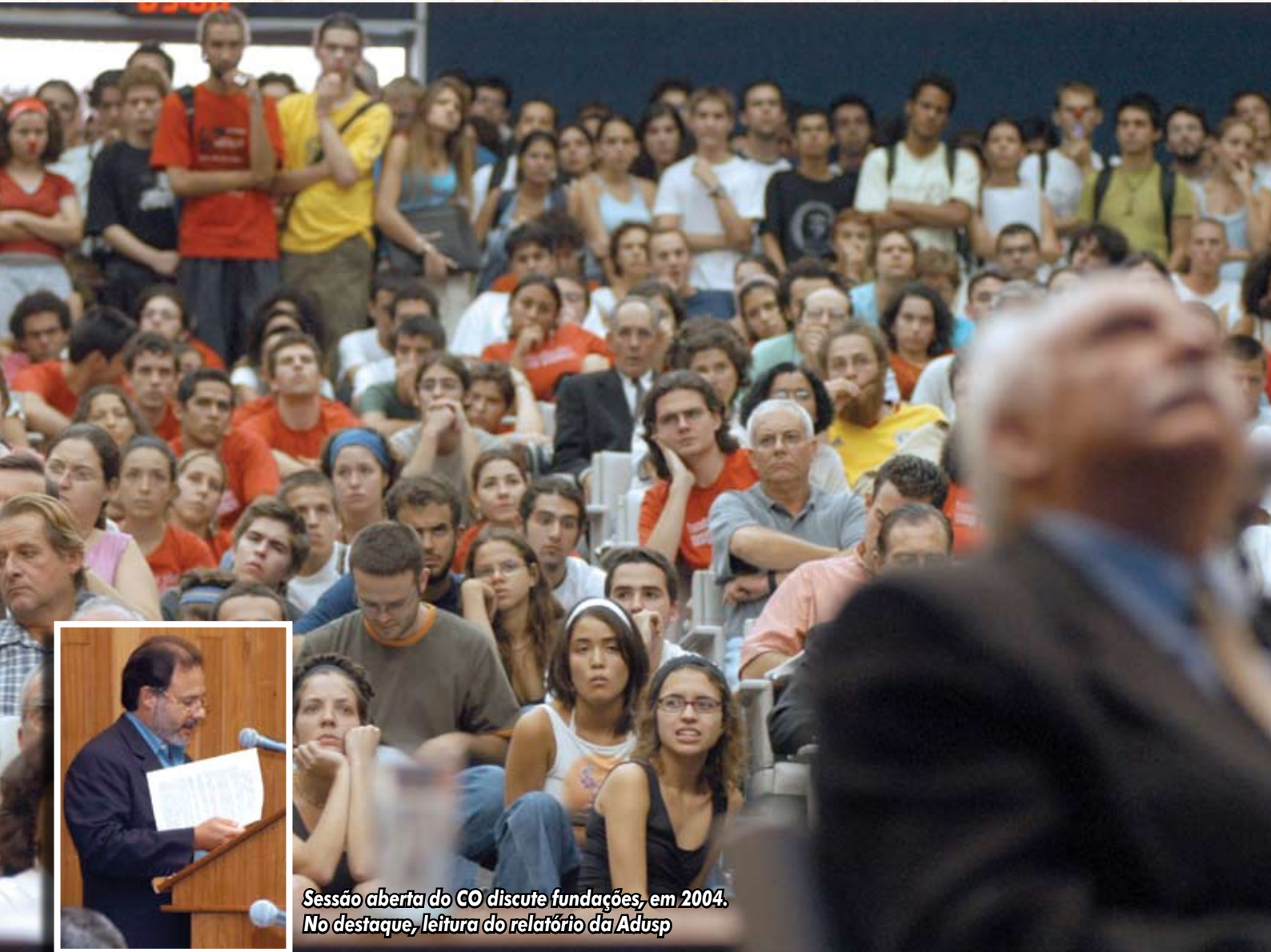


*Marcha em Brasília contra reforma da Previdência, 2003*



*Debate na Alesp sobre expansão, em 2002*

Fotos: Daniel Garcia



*Sessão aberta do CO discute fundações, em 2004. No destaque, leitura do relatório da Adusp*





**Negociação que encerrou a greve de 2004, com participação do senador Eduardo Suplicy**

entidade de que novas contratações de docentes passassem a ocorrer exclusivamente por meio de concurso público.

Graças à pressão da Adusp, algumas unidades, como o Instituto de Física, já haviam proibido por conta própria novas contratações precárias. O número de docentes “precários” passou a cair. Mas o problema não foi resolvido, e voltou a acentuar-se, em 2005, quando entrou em atividade a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH, ou USP Leste), que tem mais de 90% de “precários”. A norma do CO vem sendo descumprida. Hoje, ainda são mais de 1.000 os professores “precários” da USP, cerca de 20% do seu corpo docente (*Revista Adusp* 37).

A Reforma da Previdência do setor público, em 2003 — na reali-

***Valendo-se da reforma da Previdência posta em prática por Lula, em 2003 o governador Alckmin impôs ao funcionalismo um desconto adicional de 5%. Várias entidades, entre elas a Adusp, obtiveram liminares contra o desconto, depois cassadas pelo TJ***

dade uma “contra-reforma” — foi outra questão que mereceu grande atenção da Adusp. O professor Américo Kerr avalia hoje que a resistência apresentada pelo funcionalismo foi considerável: “Os servidores públicos fizeram em Bra-

sília uma das maiores mobilizações de enfrentamento ao governo Lula, chegamos a colocar 60 mil pessoas na capital federal”. Uma edição temática da *Revista Adusp* foi publicada, e a entidade produziu uma série de documentos e ações no campo jurídico.

Na avaliação do professor, “impusemos um custo e limites, de modo que o governo foi obrigado a recuar, implantando mais uma mudança conceitual, sem conseguir efetivamente até agora implantar o modelo”. Kerr refuta o discurso de que a Previdência seja deficitária, bem como a visão de que seja uma espécie de poupança, afirmando que ambos vão contra a concepção original do sistema previdenciário, incorporada pela Constituição Federal de 1988. O professor Francisco Miraglia, contudo, considera que o desfecho foi desfavorável





**Estudantes reúnem-se na Alesp, em 2005, durante mobilização por mais verbas**



**Cartaz denuncia deputados governistas**

ao movimento: “Essa briga a gente perdeu”, lamenta, apesar de reconhecer a importância da resistência, que reverteu alguns dos piores aspectos da contra-reforma.

A batalha ganhou uma nova frente quando, aproveitando as condições favoráveis criadas pelo governo federal, o então governador Alckmin conseguiu aprovar, em junho de 2003 (um mês antes da aprovação da reforma no Congresso Nacional), a instituição de uma “contribuição previdenciária” mensal de 5% sobre o salário dos funcionários estaduais. A nova cobrança somou-se aos 6% que os

funcionários já recolhiam ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp) e aos 2% descontados para o Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (Iamspe), elevando a contribuição mensal total a 13%.

Contestada na Justiça por várias entidades, entre elas a Adusp, a questão ainda não foi julgada em última instância. Várias liminares obtidas em primeira instância foram depois cassadas pelo Tribunal de Justiça, uma corte muito fiel aos governadores. O desconto de 5% vem sendo realizado, assim, desde outubro de 2003.

Na primeira tentativa de apoderar-se de maior fatia dos rendimentos do funcionalismo para financiar a Previdência, em junho de 1999, o governo estadual sofrera uma fragorosa derrota. Dezenas de milhares de trabalhadores do setor público e estudantes mobilizaram-se para barrar os planos do governador Covas, que pretendia impor um verdadeiro *confisco*, por meio da cobrança de alíquotas progressivas de segurados ativos, inativos e até de pensionistas: “Para a parcela do salário ou da pensão até 600 reais mensais, incidirá alíquota de 6%. Sobre a parcela que exceder 600 reais, até 1.200 reais, a alíquota total será de 16%; sobre a parcela entre 1.200 reais e 2.500 reais, 20%; e sobre a parcela que exceder 2.500 reais, 25%. Segundo cálculo realizado pela Adunicamp, um salário de 3.000 reais sofrerá um desconto efetivo de 17% (517 reais). Já os vencimentos de 5.000 reais ou mais sofrerão descontos superiores a 20%” (*Informativo Adusp* 52).

Deputados estaduais apresentaram nada menos do que 756 emendas ao projeto de Covas. Torpedeado pelas massivas manifestações de rua, o projeto foi definitivamente



enterrado pelo Supremo Tribunal Federal em setembro de 1999, quando declarou, por 11 votos a zero, inconstitucional a lei federal 9783/99, que fixava cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas da União, e na qual Covas baseara-se. Até então, a Constituição Federal proibia a cobrança de servidores inativos e pensionistas. As idéias confiscatórias de FHC e Covas foram derrubadas, mas seriam retomadas por Lula, quatro anos depois.

Ao mesmo tempo em que a conjuntura política permitiu aos governos FHC e Lula aprovarem reformas que cortaram direitos dos trabalhadores, nem um nem outro conseguiu fazer tudo o que pretendia. A despeito da força avassaladora do chamado *pensamento único* na década de 1990, a reforma do Estado pretendida por FHC não foi de todo implementada. Também Lula não conseguiu “completar” a reforma da Previdência do setor público, e praticamente não mexeu no Sistema Geral da Previdência — tanto que a idéia de uma nova reforma surgiu como *lobby* do setor privado na grande mídia antes mesmo que iniciasse seu segundo mandato.

A luta pela democratização da USP foi um campo em que se avançou pouco em 20 anos, apesar dos esforços do movimento universitário. Como resumido pelo professor Ciro Correia: “Muito pouco ou nada se alterou. A estrutura é basicamente a



***A democratização da USP continua sendo uma bandeira central, pois o Estatuto de 1988 permanece intocado como fonte de poder da burocracia, garantindo aos professores titulares absoluto controle dos colegiados (no CO, ocupam 87% dos assentos). A bandeira da Estatuinte soberana permanece atual***

mesma do Estatuto da USP de 1988”. Correia ressalta que o 3º Congresso da USP, que envolveu centenas de professores, funcionários e estudantes em 1987, encaminhou uma série de indicações ao CO para se democratizar a universidade. O colegiado, porém, “atropelou praticamente 99% delas” ao votar o novo Estatuto. Os professores titulares — pouco mais de 10% do corpo docente — são 87% dos membros do CO.

O 4º Congresso da USP, realizado em 2001 com a participação da Adusp e demais entidades, manteve a bandeira da Estatuinte soberana,



necessária para que seja combatida e superada a “estrutura absolutamente centralizada, na qual os funcionários sequer têm representação nos colegiados de departamento”, conforme explica Ciro. Também em 2001, o CO ignorou o resultado das eleições diretas paritárias para reitor organizadas pelas entidades da USP, nas quais o professor Jair Borin (que viria a falecer em 2003), que presidiu a Adusp na gestão 1997-1999, sagrou-se vitorioso nas três categorias.





Fotos: Daniel Garcia



Campanha pela democratização da USP e diretas para Reitor, 2005

O número 223 do *Informativo Adusp*, de outubro de 2006, registra que “faz um ano que o Conselho Universitário (CO) recebeu o abaixo-assinado de 20% de seus conselheiros solicitando a realização de um debate sobre a reformulação do atual Estatuto da USP”. Em sessão de 20/12/2005, o CO ratificou a necessidade de uma reforma estatutária, elegeu uma comissão e encaminhou o assunto bem a seu modo: burocraticamente. A comissão recebeu 180

sugestões, sem promover qualquer debate amplo, ao menos até agora.

César Minto traz o debate da democratização — que se relaciona também a questões como o vestibular e o acesso ao conhecimento e ao espaço da USP — para um plano mais concreto, do cotidiano vivido pelos alunos: “Hoje, em pleno século 21, a USP não consegue garantir transporte para que os estudantes do período noturno possam sair daqui”. Na última década, deu-se também o cercamento do campus da Cidade Universitária, além da morte de um jovem do Jardim São Remo na raia da universidade em condições até hoje nebulosas, dois episódios que geraram grande revolta na comunidade do entorno da USP. Todas essas situações, porém, não foram suficientes para que os integrantes do CO se chocassem, ou conseguissem pensar em mudanças democratizantes e consistentes.

Os grupos de burocratas que hoje dominam a universidade não possuem “condições de pensar de forma planejada, adotando muitas vezes medidas paliativas”, afirma o presidente da Adusp, que chama atenção para a subserviência das reitorias ao governo. Para Leonel Itaussu, professor da FFLCH, “a democratização da USP é um debate da maior atualidade, uma questão a ser enfrentada no curto e médio prazo, sob a luz da democracia que se vai consolidando no Brasil”.

As questões referentes à democracia no âmbito do próprio movimento docente são ponto de reflexão da professora Zilda Iokoi, da FFLCH, que integrou a diretoria da Adusp em duas gestões. “Há pessoas que

dizem que a Adusp se afastou e não tem mais legitimidade de representação. Mas o inverso é que é verdadeiro”, avalia, ressaltando que “as pessoas deixaram de frequentar os fóruns públicos e coletivos e passaram a se envolver muito mais na vida institucional”. As mudanças no Estatuto da USP dependem, para Zilda, de ampla mobilização dos docentes, funcionários e estudantes — algo hoje bastante difícil. O professor Kerr resume a última década do movimento docente como um “período de resistência”, mas crê na possibilidade de uma virada. “Nossa esperança, sonho e confiança é que isso deixa sementes fortes. Assim como conseguiu derrotar a Ditadura, a sociedade será capaz de derrotar um projeto que põe o mercado acima das vidas e relações humanas”.

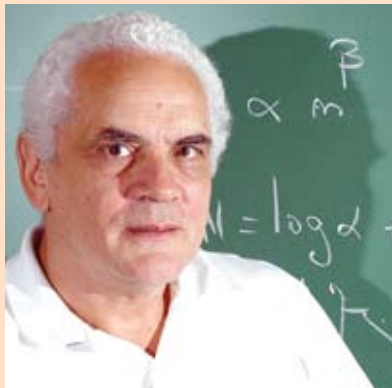
Ao completar a Adusp três décadas de existência, seriam os *tempos bicudos* do movimento docente razão para desânimo? A 1ª secretária da Adusp, Carla Carvalho, é otimista: “As pessoas estão se dando conta de que o individualismo forçado que marcou esses tempos — isso de ficarmos só nos nossos laboratórios, nessa disputa de vencer o melhor — tem limites”. Acrescenta Francisco Miraglia: “Quem está na direção da Adusp, da Adunesp [Associação dos Docentes da Unesp], da Adunicamp [Associação dos Docentes da Unicamp] e por aí fora precisa ter perseverança e paciência. Se fosse para tomar por base o fluxo dos últimos anos, isso aqui já teria fechado”. Ele pergunta: “Como ficaria a luta contra os contratos precários? Contra a Cert? A briga contra a Reforma da Previdência? A campanha salarial de 2000?”.



**Eleutério Prado**

Professor titular do Departamento de Economia da FEA

Fotos: Daniel Garcia



“A Adusp tem uma atuação muito correta. No passado, sua postura estava mais centrada no conflito entre o professor e a burocracia da universidade. Essa questão foi corrigida e a Adusp descobriu que tem uma função crítica mais importante no âmbito da sociedade e em questões mais gerais. Ao mesmo tempo, internamente, um dos pontos importantes da sua atuação foi a denúncia contra as arbitrariedades da Cert, que chegava a ter um papel repressivo dentro da universidade”.

**Laura Cymbalista**

Diretora do DCE entre 1998 e 2000

“A greve de 2000 conseguiu colocar em um patamar diferenciado a relação entre professor e aluno, quebrou a lógica fragmentada dos movimentos de alunos, funcionários e professores. Vejo que a Adusp e os estudantes se esforçaram para que isso ocorresse. Ficou evidente também a busca da Adusp por aliar formação ao movimento político e o seu entendimento da universidade como para além da sala de aula, exemplificados pelas Aulas na Greve em frente à Reitoria. Na questão das fundações, a Adusp teve um papel importante de pesquisar e aprofundar o nosso discurso sobre o tema, dar consistência ao que discutíamos”.

**Diana Gonçalves Vidal**

Professora doutora do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da FE

“A Adusp tem sido combativa no sentido de denunciar a privatização da educação. Cada vez mais as acusações de quanto custa a universidade, feitas sem critério, têm denegrado a imagem da universidade pública. Há uma espécie de lógica economicista que diz que as [instituições] particulares com menos recursos formam mais gente, como se a universidade fosse uma grande fábrica de formados. Nesse processo, nós, professores, temos sido incapazes de mostrar à sociedade a importância desse lugar de produção de saber e reflexão. Não é uma culpa da Adusp. O ataque é muito violento”.

**Fernando Kleiman**

Diretor do DCE entre 2000 e 2001

“É importante ter uma entidade organizada e combativa, como a Adusp, ao lado dos estudantes. Lembro que em função da luta contra as fundações, houve vários casos de perseguição política aos estudantes e o seu apoio foi importante para que esses estudantes não fossem punidos. A categoria docente tem sido castigada nos últimos anos

pela incorporação de uma pauta neoliberal na política brasileira. Sua atuação faz muita diferença para os docentes e também para os militantes que buscam um país mais justo e democrático”.

**Zilda Iokói**

Professora associada do Departamento de História da FFLCH. Foi vice-presidente da Adusp em duas gestões, entre 1991 e 1995



“Tenho muito orgulho de ter pertencido à Adusp. A visibilidade que nos dá sobre a universidade não se tem em nenhum órgão interno: olhamos o ponto de vista dos excluídos, daqueles que são trabalhadores, daqueles que precisam da universidade pública. Diferentemente dos outros sindicatos, a Adusp não põe em primeiro plano o sentido corporativo. Em nenhum momento deixa de pensar na esfera pública, na dimensão do conhecimento e da importância da universidade pública”.



### **Luiz Silveira Menna-Barreto**

Professor doutor da EACH, membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp*

“Minha relação amorosa mais antiga é com a Adusp, que conheci em 1978, porque tive problemas para ser contratado pela Universidade, caso que aparece no *Livro Negro*. Encontrei um enorme apoio e fui filiado antes de ser docente. Devo a minha situação de docente e tudo o que atingi na minha carreira, em grande parte, à Adusp. É um elo que não desmancha, de respeito e afeto. É um órgão representativo, livre e competente, e isso tem um valor inestimável. Além disso, não imagino como estariam nossos salários se nesse período tivéssemos ficado na mão das reitorias”.

### **Khaled Ghoubar**

Professor associado do Departamento de Tecnologia da FAU



“A Adusp é exemplo de um espírito de discussão plural: tem uma linha crítica, mas não dogmática. Nas negociações salariais, tem mostrado uma competência fenomenal e nos deixa muito seguros. Quando a Adusp faz uma declaração de que as coisas não são como a Reitoria diz, temos a absoluta convicção de que é isso mesmo. Afinal, a desqualificação dos professores pode ser feita de várias formas. Uma delas é a perda do poder de compra do salário. Hoje, praticamente um terço do nosso salário é fruto do trabalho da Adusp, da resistência em greve. Isso todos reconhecem”.

### **Leonel Itaussu Almeida Mello**

Professor titular do departamento de Ciência Política da FFCLH

“A Adusp presta uma contribuição fundamental na democratização da universidade: a mobilização dos professores, estudantes e funcionários com vistas à convocação de uma Assembleia da USP. Tem sido uma entidade de vanguarda, tanto nas questões mais gerais da universidade quanto na melhoria das condições de ensino, pesquisa e trabalho dos professores. Ao mesmo tempo, lida com um problema muito grave: a apatia da maioria dos docentes. Muitos acabam esperando — de forma, digamos, pouco participante — as melhorias que a entidade venha a criar. Não existe uma fórmula pronta, mas a busca por mecanismos que gerem maior mobilização da categoria é fundamental”.

### **Benedito Honório Machado**

Professor titular do Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

“De 1996 para cá, vivemos um período de ampla privatização dos serviços públicos. No caso das universidades estaduais paulistas, a atuação das nossas entidades representativas, como a Adusp, foi muito importante. Sua capacidade de intervenção na Assembleia Legislativa e na mídia, e de convencimento político, nos protegeu de uma deterioração como a sofrida por outros setores do serviço público. Conseguimos preservar esse patrimônio público que é a USP. Não digo que tudo está resolvido, a maré continua ruim. Mas conseguimos resistir”.

### **Pedro Tonelli**

Professor doutor do Departamento de Matemática Aplicada do IME

“A luta mais importante nos últimos dez anos foi contra os contratos precários. Nesse aspecto, a Adusp conquistou uma grande vitória. Fui representante do IME na Adusp em dois mandatos, sempre com a idéia de ligar mais o cotidiano dos professores à associação. Infelizmente, noto entre meus colegas, principalmente os mais jovens, um distanciamento da entidade. Esse problema deve ser enfrentado. O site, a *Revista Adusp* e os informativos são muito importantes e de excelente qualidade”.





## Flávio Aguiar

Professor doutor aposentado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH. Foi presidente da Adusp (1989-1991)

“Penso que a Adusp permanece sendo um espaço de reflexão, um espaço de participação, um espaço de defesa dos docentes, articulada às entidades das demais universidades estaduais e ao ideário de um mundo mais justo em geral. Hoje, enfrenta dificuldades com as quais todos os movimentos de natureza coletiva se deparam. A Adusp é uma referência na defesa de uma categoria e na reflexão sobre o campo em que essa categoria atua: não reproduz o modelo de sindicatos corporativos, nem de uma associação corporativa. Sua principal qualidade foi saber manter sua autonomia frente a direções, partidos, facções”.

## Heloísa Borsari

Professora doutora do Departamento de Matemática do IME

“Nosso sindicato tem sido incansável na luta em defesa da educação pública, de mais verbas para a Universidade, de melhores condições de trabalho, sem falar no combate aos contratos precários, às fundações, às injustiças cometidas pela Cert. Recentemente, conquistamos uma vitória judicial definitiva, relativa à ação dos gatilhos, que deverá trazer ganhos efetivos a uma parcela grande da categoria. Paradoxalmente, a participação dos colegas tem sido cada vez menor. Há um processo crescente de delegação à diretoria. Remete-se à esfera individual a busca por soluções de problemas de natureza coletiva, o que nos isola cada vez. Romper esse círculo constitui um dos grandes desafios para os próximos anos”.



## Elenice Mouro Varanda

Professora associada do Departamento de Biologia da FFCL-RP. Foi diretora regional da Adusp em Ribeirão Preto (2002-2005)

“A grande demanda da sua assessoria jurídica para o atendimento de docentes que necessitam de orientação sobre mudanças na Previdência, transformação de licença-prêmio em pecúnios, ações como a do recebimento de gatilho e outras questões trabalhistas, demonstra sua importância como representante legítima da categoria docente. Pode ser citada ainda a atuação na promoção de debates em eleições de diretores de unidades, chefias de departamentos e de prefeito do *campus*, além da participação em conselhos municipais e em atividades políticas promovidas por movimentos sociais”.

## Pablo Ortellado

Professor doutor do curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH



“Num momento de ameaças à universidade pública, celebramos os 30 anos da Adusp. Parece-me que sua missão consiste em consolidar e preservar os dois pilares sobre os quais assenta a universidade pública: a contratação dos docentes sob regime preferencial de dedicação inte-

gral e a autonomia universitária. Juntos, permitem o livre desenvolvimento científico protegido da interferência do Estado e do mercado. É por isso que suas lutas pelo financiamento público, seu projeto de gestão universitária democrática e seus esforços em defesa de contratos não precários e da integridade do RDIDP constituem uma plataforma para a universidade pública que queremos”.

## Milton Vieira do Prado Júnior

Professor da Faculdade de Ciências da Unesp-Bauru e presidente da Adunesp

“Falar da Adusp é falar do surgimento da Adunesp, já que muitos professores que estão ou foram da diretoria da Adusp percorreram, junto com professores da Unesp, os *campi* do interior para a construção do modelo que temos hoje de sindicato. A parceria no Fórum das Seis é contínua e o papel da Adusp e de suas co-irmãs é fundamental na defesa do ensino público. A luta contra o modelo privatista de educação é uma bandeira para os próximos 30 anos”.



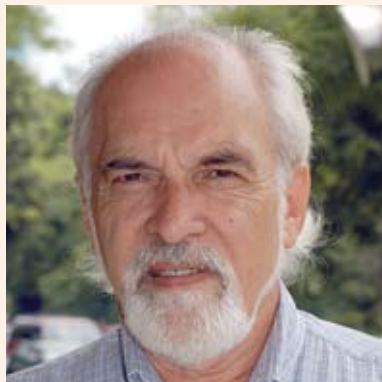
## Marco Antonio Brinati

Professor titular do Departamento de Engenharia Naval e Oceânica da Escola Politécnica. Membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp*, foi presidente da Adusp (1991- 1993)

## José Coelho Sobrinho

Professor associado do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA

“Creio que um dos momentos mais marcantes da vida da Adusp tenha sido o histórico debate entre seus representantes e o secretário da Educação do governo Montoro, Paulo Renato de Souza. Nessa última década, a presença de Jair Borin como um de seus presidentes foi uma marca que tornou indelével a luta pela democratização da USP. Borin



foi candidato a diretor da ECA e a Reitor e, apesar da expressiva votação da comunidade [na consulta organizada pelas entidades], não chegou a ser escolhido pelo voto indireto para nenhum dos cargos. Tive com Borin alguns embates conceituais sobre as ações da Adusp, mas jamais abandonamos aquilo que nos aproximava: a procura de caminhos que fortalecessem institucionalmente a USP como criadora de saberes e suporte da democracia brasileira”.

## Magno de Carvalho

Funcionário do Departamento de Rádio e TV da ECA, diretor do Sintusp

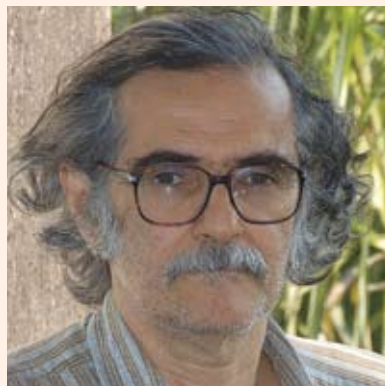
“A direção da Adusp mantém uma proximidade com os funcionários, mas também reflete a postura elitista da maior parte dos docentes, pois existe uma distância muito grande entre docentes, funcionários e estudantes enquanto segmentos. Isso é quebrado sazonalmente, mas por uma parcela reduzida de cada categoria.

É preciso registrar que o nascimento do Sintusp tem muita ligação com a Adusp. No final da década de 1970, tivemos que nos dirigir ao espaço em que os professores se encontravam reunidos em uma assembléia, pois o espaço da associação dos funcionários estava lacrado pela direção, que não queria que realizássemos uma assembléia. Fomos muito bem recebidos. Ali, a Adusp passou a existir para nós e foi um momento fundamental para o processo de criação do Sintusp. Recordo que o presidente de então, Modesto Carvalhosa, disse que passaríamos a caminhar juntos, ombro a ombro, por termos os mesmos interesses e lutas”.

“Num período marcado pelo aprofundamento das reformas liberais e pela frustração das expectativas de transformações econômicas e sociais, a Adusp soube exercer, não obstante a maré vazante dos movimentos sociais, um papel relevante na defesa de uma universidade, de fato, pública, gratuita e de qualidade, na luta por melhores salários e condições de trabalho e, num cenário mais abrangente, na defesa da educação pública no Estado. De suas intervenções, é imperioso destacar: a redução significativa do número de docentes com contrato precário; o ganho salarial conseguido em 2000; a vitória, após longa batalha judicial, na ‘ação do gatilho’, complementando conquistas de fortes mobilizações da década de 1980; a defesa, no Legislativo, de mais recursos para a educação pública; e a denúncia da interferência abusiva de entidades de direito privado na universidade pública”.

## Daciberg Lima Gonçalves

Professor titular do Departamento de Matemática do IME



“As propostas apresentadas pela Adusp no que se refere ao financiamento da universidade têm sido de uma qualidade muito grande. Nossa associação consegue colocar essa questão de uma forma mais geral, envolvendo o Estado, e não a resume a uma briga entre dirigentes da USP e docentes. Ao mesmo tempo, a entidade não tem se descuidado das questões legais, tendo em vista as ações que buscam garantir gatilho e outras questões salariais e evitar perdas de direitos com mudanças na Previdência, por exemplo”.



## Dalmo de Abreu Dallari

Professor titular aposentado da FD

“Desde o momento de sua criação, a Adusp teve uma importância muito grande na democratização da universidade e na defesa da escola pública. Levantou bandeiras como a discussão a respeito dos métodos de escolha do reitor e dos diretores das unidades, além de abrir espaços para o exercício da influência de toda a comunidade universitária. A participação da comunidade foi posteriormente reconhecida pela Constituinte de 1988 como essencial para a efetiva prática da democracia. A Adusp é, precisamente, uma expressão do ideal de democracia direta. Mais livre e flexível que os colegiados instituídos, tem usado essas características para promover a mobilização de toda a comunidade.

Teve ainda papel decisivo na discussão dos chamados contratos precários que eram, antes de tudo, ilegais, mas que além disso colocavam os docentes contratados numa situação de insegurança e de absoluta dependência dos órgãos superiores da universidade. Conseguiu que a questão fosse posta na ordem do dia e que se passasse a tratar a contratação de docentes como um momento da máxima importância para o aperfeiçoamento dos trabalhos universitários e para o estímulo ao maior envolvimento dos docentes com a universidade”.

## Lisete Arelaro

Professora doutora do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da FE

“A Adusp esteve presente nos momentos mais importantes do Brasil relacionados aos direitos humanos, à educação e à política nacional. Destacaria a participação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, desde a sua fundação no começo da década de 1990, inclusive nos momentos mais difíceis. A Adusp sempre manteve uma grande liderança nos processos de elaboração dos Planos Nacional e Estadual de Educação. Isso significa que nunca abandonou a visão de futuro, de investimento em políticas de educação a curto, médio e longo prazo para a construção da sociedade brasileira”.

## Otaviano Helene

Professor associado do IF. Foi presidente da Adusp (1993-1995)

“Um dos seus maiores desafios é continuar a luta por uma expansão com qualidade do ensino superior público. A expansão que ocorreu nos últimos anos no Brasil e, particularmente, no Estado de São Paulo, mal acompanhou o crescimento populacional do período. É preciso seguir pressionando o governo estadual para que o aumento das vagas ocorra com qualidade. Isso pode ser feito de várias formas, inclusive por meio do Plano Estadual de Educação apresentado à Assembléia Legislativa por várias entidades, entre elas a Adusp. Essa proposta prevê a expansão do ensino superior público no Estado todo, considera as demandas regionais e das várias áreas de conhecimento, principalmente a de formação de professores”.

nacional, contribuindo sobretudo no enfrentamento às políticas educacionais privatizantes. Os desafios de hoje não são menores do que os que se apresentavam há 30 anos e o maior deles é o de conseguir evitar que a universidade pública se espelhe no mercado”.

## Mamede M. Jarouche

Professor doutor do Departamento de Letras Orientais da FFLCH



“A Adusp tem como papel central a defesa do interesse dos associados, ao mesmo tempo em que não é um sindicato como os tradicionais, pois tem em vista

o interesse público sob uma ótica mais ampla. A situação das políticas públicas, de maneira geral, e da universidade é hoje muito precária. Isso cria dificuldades para a Adusp, que muitas vezes não é forte o suficiente para fazer frente a essa conjuntura. O desafio, a meu ver, é justamente conquistar uma maior efetividade frente às políticas neoliberais”.

## Paulo Marcos B. Rizzo

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, presidente do Andes-Sindicato Nacional

“Há 30 anos, estávamos sob a Ditadura e a constituição das associações de docentes deu-se como parte da luta pela democratização das universidades e do país. A articulação das associações de docentes resultou na criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, transformada em sindicato nacional em 1988. A Adusp jogou papel importante nesse processo histórico de organização dos professores em escala



# EVENTO LEMBRA LUTA CONTRA A DITADURA

Daniel Garcia



Professores Pavan, Jeremias, Carvalhosa, Minto, Judith, Cândido e Miraglia

Um ato em comemoração dos 30 anos da Adusp, realizado em 23 de novembro de 2006, no Anfiteatro Luiz Trabulsi (ICB-3), reuniu na mesa alguns dos docentes que protagonizaram a primeira década de existência da entidade: Crodowaldo Pavan, Modesto Carvalhosa, José Je-

remias Filho, Judith Kardos Klotzel, Antonio Cândido, Francisco Miraglia. A atividade foi coordenada pelo professor César Minto, presidente da Adusp. Os depoimentos destacaram a coerência política da entidade em três décadas de atividade, e seu papel na luta pela democratização do país.

O professor Carvalhosa, que presidiu a Adusp no biênio 1977-

79, lembrou que sua criação refletiu o “sentimento de liberação” que começava a dar lugar à angústia, vivida cotidianamente nos longos anos de regime militar. Porém, a Ditadura ainda se fazia sentir com bastante força dentro da USP, onde contava com a conivência de diversos diretores de unidades. A publicação, em 1978, do *Livro Negro*,



que denunciou a “triagem ideológica” na contratação de docentes e funcionários, conseguiu mostrar “a USP como instrumento da Ditadura”, na visão de Carvalhosa (**vide quadro nesta página**).

A professora Judith lembrou a sua participação como representante da Adusp no Comitê pela Anistia, mas destacou outras lutas importantes: “Estivemos presentes no Movimento contra a Carestia, participamos de todas as lutas salariais, de todas as greves do funcionalismo público”. (Mais tarde, seus colegas de mesa recordaram o engajamento pessoal de Judith no apoio à histórica greve dos metalúrgicos de 1978.)

O momento de formação da entidade — e a sua estreita ligação com as reivindicações democráticas de setores da universidade e da sociedade brasileira no período — foi destacado pelo professor Jeremias, presidente durante a gestão 1981-83. Segundo ele, a preocupação dos docentes em ter uma entidade representativa evidenciou-se no momento em que um grupo se reuniu no saguão da então Faculdade de Filosofia, em 1975, para elaborar um documento de protesto contra o assassinato de Vladimir Herzog, jornalista e professor da ECA, nas dependências do DOI-Codi do II Exército. De acordo com Jeremias, o primeiro ato público realizado na universidade brasileira após a edição do Ato Institucional nº 5 foi a assembleia de fundação da Adusp, em outubro de 1976. “Foi a primeira quebra da legitimidade da ditadura dentro da universidade”.

## O RELATO DE CARVALHOSA

*O professor Modesto Carvalhosa preparou um texto para ler no*

**Angústia cotidiana.** “Para se entender um período agudo ou de luta, como o que vivemos na Ditadura Militar, há que detectar os sentimentos de coragem, de medo, de perplexidade, de reflexão, de ação; o *ethos* e o *pathos*, que marcam profundamente a USP e nela a Associação dos Docentes da USP (Adusp) na esteira do que já vinha ocorrendo a partir de 1964. Naqueles anos de angústia cotidiana fomos efetivamente dominados por esse sentimento de *liberação*, que de resto, tomou conta de todos os segmentos da sociedade civil que não se conformavam com a Ditadura Militar que se instalara, cada vez mais vigorosa e amedrontadora.”

**Discurso político.** “Foi naquela época que a Adusp surgiu. Havia a Associação dos Auxiliares de Ensino, que acabou se transfor-

mando na Adusp em decorrência da visão política dos integrantes do corpo docente da USP. Pensava-se, com razão, que um bom caminho para levar a efeito esse processo de liberação era o discurso da sociedade civil, como forma de expressão do discurso político. Houve na Faculdade de Filosofia um seminário que estabeleceu esse consenso de que os temas da sociedade civil eram o instrumento político que poderia levar ao discurso político.”

**Ditadura interna.** “Por outro lado, percebemos, desde logo, a força da ditadura interna presente na USP. Grande parte dos professores militava contra a Ditadura. Porém havia uma contradição: grande parte dos diretores era conivente com o regime militar. Alguns mais, outros menos, mas no mínimo a metade só faltava vestir farda.

Por iniciativa da Adusp, acredita ele, várias questões da universidade ganharam repercussão na mídia e passaram a ser discutidas pela sociedade. Já nos anos 1980, observou Jeremias, a Adusp denunciava o que ele chama de “mecanismos de deformação das autarquias”: a criação de fundações, a cooptação de professores e funcionários e a venda de serviços. Ele acredita que nestes 30 anos houve uma mudança qualitativa na luta em defesa do caráter público da universidade,

que é agora mais “sutil, mais complexa do que no início”, e que os “inimigos hoje trabalham dentro da universidade”.

O professor Cândido, que exerceu a vice-presidência na primeira diretoria eleita da Adusp (1977-79), destacou as conquistas e a experiência das associações que precederam a Adusp: a Associação dos Auxiliares de Ensino e a Associação dos Professores do Ensino Superior (Apes). “A Associação dos Auxiliares de Ensino conseguiu algo extraordiná-



ato de 23/11/06, do qual extraímos algumas passagens:

Mantinham esses acólitos um patrulhamento ideológico e logístico, impedindo mesmo o uso das instalações do campus para as reuniões e assembléias das Adusp, além de fornecerem todo o tipo de informação à Reitoria e aos órgãos de repressão sobre o movimento docente.”

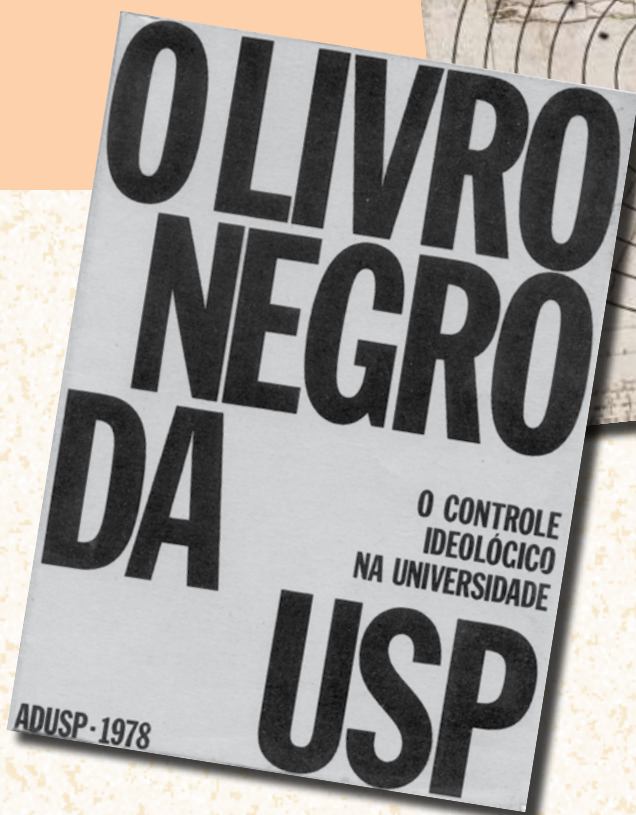
“Levou-se adiante a integração da entidade com a comunidade, com as lideranças das demais universidades e com a categoria dos funcionários públicos, o que culminou com a histórica greve do primeiro semestre de 1979 contra o governador Maluf enfrentando o regime militar. A partir daí, outras universidades criaram suas associações de docentes.”

**Cassações sórdidas.** “A outra ação fundamental, realizada pela Adusp nessa época (1977 a 1979), foi a publicação do *Livro Negro da USP*. Publicar esse livro consistiu

num ato de coragem extraordinário. Fizemos uma comissão para o levantamento da tragédia das cassações sórdidas que ocorreram nessa universidade, inicialmente em 1964 e depois em 1968. Em plena ditadura o *Livro Negro da USP* foi publicado. Fizemos milhares de cópias e as distribuímos para

professores e alunos, e para livrarias, que por sinal venderam todos os exemplares. Nesse livrinho, mostramos a Universidade de São Paulo como instrumento da ditadura brutal, em que integrantes da cúpula universitária cassaram seus desafetos pessoais e denunciaram alunos e professores.”

Fac-símile das capas do “*Livro Negro da USP*”, editado em 1978, e da edição revista e ampliada de 2004



rio: criou a carreira docente, a base para o ensino universitário regular”. Até então, o auxiliar de ensino era demissível, não tinha nenhum direito. Já a Apes, disse Cândido, foi importante porque “criou o espírito de fraternidade e solidariedade de grupo entre os colegas”.

A greve de 1979, “talvez a primeira do ensino superior no Brasil”, representou “uma virada completa na mentalidade” dos docentes, analisou ele. “Foi quando se percebeu que o professor não era mais um



*A Associação dos Auxiliares de Ensino e a Associação dos Professores do Ensino Superior (Apes) foram as predecessoras da Adusp, recordou Antonio Cândido: a primeira “conseguiu algo extraordinário: criou a carreira docente, a base do ensino universitário regular”*

príncipe, era um trabalhador”. Na opinião do professor, de 87 anos, a greve

foi uma “contribuição muito poderosa para a criação de um espírito democrático na USP”, na medida em que não havia hierarquia nas assembleias da Adusp, a palavra de um MS-1 valendo tanto quanto a de um MS-5.

O professor Pavan, de 86 anos, havia retornado de uma viagem de trabalho ao Vaticano na véspera da comemoração, de modo que não teve tempo, explicou, de preparar uma intervenção apropriada. Mas declarou-se contemplado pela explanação do professor Jeremias, fazendo questão, ainda, de ressaltar a importância da criação da Adusp e reiterar seu apoio à entidade. Pavan encabeçou a diretoria provisória (1976-77).

O professor Miraglia, que presidiu a Adusp na primeira gestão do grupo “Participação” (1987-89), enfatizou a necessidade do debate político de qualidade e do trabalho coletivo. Para ele, as divergências políticas entre a “Participação” e o grupo anterior — represen-

tado pelos professores Jeremias, Judith, Rocha Barros e outros — não impediam o diálogo em torno da defesa dos interesses da categoria: “Tínhamos visões distintas sobre como conduzir a entidade, mas o debate era enriquecedor e feito dentro de um determinado campo”.

“Trabalhamos para manter a tradição da Adusp e enraizar sua atuação na universidade e no Fórum das Seis”, disse. Examinando o período mais recente, referiu-se aos esforços contra os contratos precários, a falta de democracia na USP e a ação das fundações dentro da universidade. “Não bastava ser contra as fundações, tivemos que descobrir direitinho como elas funcionavam, levantar informações, levar ao Ministério Público”.

Miraglia afirmou que o 30º aniversário da Adusp é motivo de orgulho, mas advertiu que a situação atual “não recomenda ufanismo, mas sobriedade”, pois a situação no interior da universidade continua grave e há importantes temas a enfrentar agora e no futuro.

# DESAF SIN

**A**s mudanças no mundo do trabalho, a situação do funcionalismo público no Brasil e o papel dos sindicatos no século XXI foram os temas centrais do debate organizado pela Adusp no dia 29 de novembro de 2006, como parte das comemorações de seu trigésimo aniversário. Realizado no Auditório Freitas Nobre (ECA-USP), o debate contou com a participação dos professores João Zanetic, Luiz Schuch, secretário-geral do Andes-SN, Arnaldo França Mazzei Nogueira, da FEA-USP e FEA-PUC, e Ricardo Antunes, do IFCH-Unicamp, além de Francisco Miraglia, que mediu o debate.

Zanetic, que há quase 50 anos participa das lutas em defesa do ensino público, resgatou momentos históricos dos movimentos de docentes, estudantes e funcionários na USP, como o curso de auto-gestão organizado em pleno 1968. Ele destacou que as mortes de Vladimir Herzog, em 1975, de Manuel Fiel Filho, em 1976, e o Massacre da Lapa



# IOS PARA O MOVIMENTO DICAL DOS DOCENTES

Antonio Biondi  
Jornalista

Daniel Garcia



**Professores Antunes, Nogueira, Miraglia e Schuch**

(assassinato de três dirigentes do Partido Comunista do Brasil-PCdoB), no mesmo ano, causaram indignação e mobilização dos docentes e foram centrais na criação da Adusp.

O professor recuperou outros eventos de grande importância na

vida da entidade e da categoria, como a greve de 1979 contra o governador Paulo Maluf, para ele o “batismo de fogo da Adusp”; a greve de 1988 — que conquistou a autonomia das universidades estaduais paulistas; a criação do Andes em 1981 e a do Fórum das Seis em 1992.

Trazendo à mesa sua leitura do livro *O caminho da servidão*, de Friedrich von Hayek, Zanetic destacou que a desigualdade, o combate aos sindicatos, a proposta de Estado Mínimo e suas privatizações, bem como de um mercado sem restrições, idéias, todas, defen-



didadas no livro de 1944, são hoje marcas de nosso tempo, adotadas pelos neoliberais.

O professor Schuch, ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas, registrou sua “satisfação por estar no debate de 30 anos da Adusp, entidade que tem dado contribuições fundamentais e com quem compartilhamos tantas histórias e lutas”. Ao falar sobre o contexto da última década, afirmou que muito rapidamente “caminhou-se para outro paradigma de relações, com a solidariedade que marcara períodos anteriores da universidade pública brasileira sendo substituída por um ambiente de disputa”.

Para o secretário-geral do Andes, “o que a Ditadura não conseguiu fazer com as baionetas e queima de livros, as políticas de uma década conseguiram, criando grandes dificuldades para a organização sindical”.

Arnaldo Nogueira discorreu sobre as dificuldades existentes para os sindicatos em um momento de esvaziamento da esfera pública democrática e de crescente privatização do setor público. Ao destacar a importância do trabalho de entidades como a Adusp, Nogueira registrou que a Associação dos Professores da PUC (Apropuc), embora quase tão antiga quanto sua congênere, não conseguiu

impedir a demissão de mais de 400 docentes, em 2005.

Autor do livro *A liberdade desfigurada — a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro*, Nogueira avalia que o movimento sindical precisará renovar-se em vários aspectos, como nas formas de articulação e de mobilização. Para ampliar seus apoios, e para resistir às iniciativas de deslegitimação por parte dos governos e

***Sindicatos de funcionários públicos devem procurar aproximar-se do mundo do trabalho privado e dos setores populares atendidos, diz Arnaldo Nogueira, e dialogar com os trabalhadores precários, sugere Ricardo Antunes***

da mídia, o professor sugere que os sindicatos do funcionalismo público aproximem-se do mundo do trabalho privado e dos setores da população que demandam os serviços públicos de educação, saúde e outros.

O professor Antunes, autor de *O caracol e sua concha — ensaios sobre a nova morfologia do trabalho* e de várias outras obras sobre

o tema, explicou que “estamos atravessando o momento de precarização estrutural do trabalho”, citando como exemplo o fato de que 60% dos 80 milhões de trabalhadores no Brasil se encontram na informalidade.

Enfrentar o quadro altamente desfavorável de reestruturação produtiva global, neoliberalismo avassalador facilitado pelo fim da União Soviética, e inflexão material, subjetiva e política das esquerdas exige, destacou ele, que os sindicatos entendam “essa nova morfologia do trabalho”.

Assim, “é preciso um sindicato que dialogue com os professores precarizados das federais, com os substitutos da USP e com os trabalhadores terciarizados, que represente as mulheres, crianças, negros e imigrantes”.

Antunes finalizou dialogando com o poema de Bertold Brecht lido por Zanetic (“A exceção e a regra”), dizendo concordar com o dramaturgo alemão quanto à situação do mundo, marcada por perplexidades e abusos. Para o professor da Unicamp, “o mundo está péssimo, mas há muita coisa nova acontecendo, e muitas lutas sociais aflorando”, as quais podem trazer vitalidade aos sindicatos e à sociedade. Ele também defendeu que a recolocação do socialismo como horizonte é fundamental para as entidades, por considerá-lo “vital para o futuro da humanidade”.



# **GESTÃO FECHADA, VERBAS CONTINGENCIADAS: FUNDOS SETORIAIS EM DESCRÉDITO**

Maíra Kubík Mano  
Jornalista

*O modelo de gestão dos fundos setoriais, baseado em comitês gestores pouco transparentes e que permitiria ao capital privado — especialmente às grandes corporações — direcionar as pesquisas por eles financiadas, a par da inexistência de planejamento estratégico do Estado que reflita as prioridades nacionais em cada setor, tem sofrido críticas da comunidade acadêmica. Mesmo os defensores dos fundos setoriais, porém, advertem: o contingenciamento das verbas em decorrência dos imperativos do “superávit primário” está desvirtuando a idéia, pois quase 50% dos recursos disponíveis deixam de ser desembolsados*



“Os próprios produtores do capital são os que decidem onde se faz pesquisa”. No entender do professor Luis Allan Künzle, do Departamento de Informática da Universidade Federal do Paraná (UFPR), esta é a principal característica dos fundos setoriais: o direcionamento da pesquisa que eles financiam não por critérios da sociedade, mas por indução ou imposição das empresas que controlam os respectivos setores.

Criados em 1999 pelo Governo Federal, os fundos setoriais são financiados pela cobrança de taxas específicas pagas pelas empresas. Dos 16 fundos setoriais existentes hoje (vide Tabela 1), 15 têm suas verbas alocadas no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), sendo seus executores a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Só não tem seus recursos alocados no FNDCT o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel): sua verba “encontra-se no orçamento do Ministério das Comunicações”, e, embora seus executores sejam também a Finep e o CNPq, a “gestão desse fundo está no âmbito do Ministério das Comunicações”, como informa o próprio sítio do

Ministério da Ciência e da Tecnologia ([www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br)).

Os fundos setoriais recebem recursos de várias fontes. O CT-Mineral, por exemplo, recebe 2% da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), paga pelas empresas do setor mineral detentoras de direitos de mineração. O CT-Petro recebe “25% da parcela do valor dos *royalties* que exceder a 5% da produção de petróleo e gás natural”, segundo o MCT. Já o CT-Verde-Amarelo, que se propõe a “implemen-

dos com a Lei de Informática”.

Os fundos arrecadaram, em 2006, R\$ 1,85 bilhão. O fundo que mais arrecadou foi o CT-Petro, com quase R\$ 762 milhões (vide Tabela 2). A previsão de recolhimento total dos fundos para 2007 é da ordem de R\$ 2,1 bilhões.

“Em 1999, o governo Fernando Henrique Cardoso tinha quase levado os órgãos de pesquisa ao esgotamento. O CNPq estava fechando as portas porque há muito tempo o governo não pagava os projetos e não liberava dinheiro. Aí se criou essa panacéia dos fundos setoriais, que é a taxação das

grandes empresas multinacionais por ramo de atividades”, afirma Künzle, que é coordenador do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia da Associação Nacional dos

Docentes do Ensino Superior-Sindicato Nacional (Andes-SN).

Para o professor Ciro Correia, chefe do Departamento de Mineralogia do Instituto de Geociências (IGc) da USP, os fundos setoriais são uma farsa. “A primeira indicação da constituição de uma farsa é o montante. Os fundos são uma forma de o governo dizer que está aplicando em ciência e tecnologia quando, na verdade, não está”, diz. Ele exemplifica a afirmação com os dados: enquanto os países desenvolvidos investem cerca de 3% do PIB (Produto Interno Bruto) em ciência e tecnologia, o Brasil aplica apenas 1%, e desse percentual

**“No ano 2000, foram registradas três patentes que interessavam na cura de doenças que atingem milhões de pessoas na África Subsaariana e 1.300 patentes de cosméticos. É chocante essa relação”, diz Luiz Künzle**

tar projetos de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo”, é financiado por 40% da receita da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide, cobrada sobre os valores pagos, creditados ou remetidos a residentes no exterior para pagamento de assistência técnica, *royalties* ou serviços), além de pelo menos “43% da receita estimada da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPi incidente sobre os bens e produtos beneficia-



### Tabela 1- Fundos setoriais de C&T e sua data de criação

CT-Aeronáutico (Fundo para o Setor Aeronáutico - 2001)
CT-Agronegócio (Fundo Setorial de Agronegócio - 2001)
CT-Amazônia (Fundo Setorial da Amazônia)
CT-Aquaviário (Fundo para o Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval)
CT-Biotecnologia (Fundo Setorial de Biotecnologia - 2001)
CT-Energ (Fundo Setorial de Energia - 2000)
CT-Espacial (Fundo Setorial Espacial - 2000)
CT-Hidro (Fundo Setorial de Recursos Hídricos - 2000)
CT-Info (Fundo Setorial de Tecnologia da Informação - 2001)
CT-Infra (Fundo Setorial de Infra-Estrutura - 2001)
CT-Mineral (Fundo Setorial Mineral - 2000)
CT-Petro (Fundo Setorial para o Petróleo e Gás Natural - 1999)
CT-Saúde (Fundo Setorial de Saúde - 2001)
CT-Transpo (Fundo Setorial de Transportes Terrestres - 2000)
CT-Verde-Amarelo (Fundo Verde-Amarelo - 2001)
Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - 2001)

Fonte: MCT

apenas 0,04% vão para os Fundos Setoriais.

Em 2004, os fundos receberam o equivalente a 0,035 do PIB e em 2005 essa quantia chegou a 0,043%.

“Isso é praticamente nada”, completa Correia.

A segunda indicação de farsa, para o professor, é o gerenciamento dos fundos. “Eles não são democráticos e não têm controle transparente de pontos de atribuição de desenvolvimento. Ninguém sabe quem está nos seus comitês gestores e por quais critérios essas pessoas chegaram até lá”, questiona. Os comitês gestores “têm a prerrogativa legal de definir as diretrizes, ações e planos de investimentos dos Fundos”, segundo o MCT.

Compostos por representantes do governo, do empresariado e da comunidade acadêmica, os comitês também preocupam o profes-

***Para a SBPC, os fundos setoriais devem ser expandidos, atingindo todas as áreas. Seu presidente, o físico Ennio Candotti, vê no contingenciamento de recursos o problema central dos fundos***

sor Künzle: “Nos comitês gestores quem decide as prioridades são aqueles que detêm a área mercantil”, com a qual “o governo normalmente se une”. O financiamento torna-se um ciclo vicioso: as empresas dão sua contribuição compulsória, mas em contrapartida pressionam para direcionar os fundos, que acabam investindo em pesquisas que interessam a essas corporações.

“Eu sempre dou um exemplo do ano 2000, em que foram registradas três patentes que interessavam na cura de doenças que atingem milhões de pessoas na África Sub-

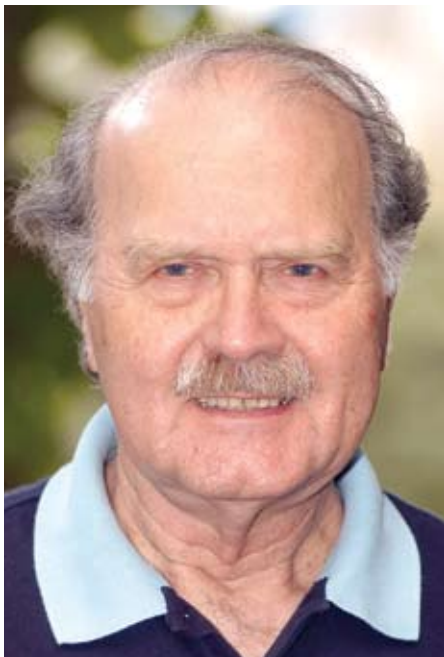
saariana e 1.300 patentes de cosméticos. Fazemos pesquisa para o que vende. E pouco importa o impacto e a necessidade real disso. É chocante essa relação. O que assusta é que muito dessa pesquisa está sendo financiada com recursos públicos para aumentar a lucratividade das empresas, e não para aumentar a inteligência nacional, de domínio de um saber público compartilhado. Tudo se transforma em patentes e resultados que ficam fechados sob a posse de empresas. Os fundos setoriais acabaram servindo para isso”, completa.

Oswaldo Coggiola, professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp*, observa que “o entrosamento crescente universidade-empresa, alentado pelos sucessivos governos, explica os critérios que privilegiam determinados projetos em relação aos outros, o desca-so com a pesquisa básica e o literal abandono das Ciências Humanas”.

Umberto Cordani, professor do IGC-USP, que foi membro do CT-Mineral entre 2004 e 2005, esclarece que o julgamento sobre a relevância de cada edital é definido pela comissão gestora do fundo. “As instituições encaminham propostas e o julgamento é feito por comissões de especialistas, sob coordenação de

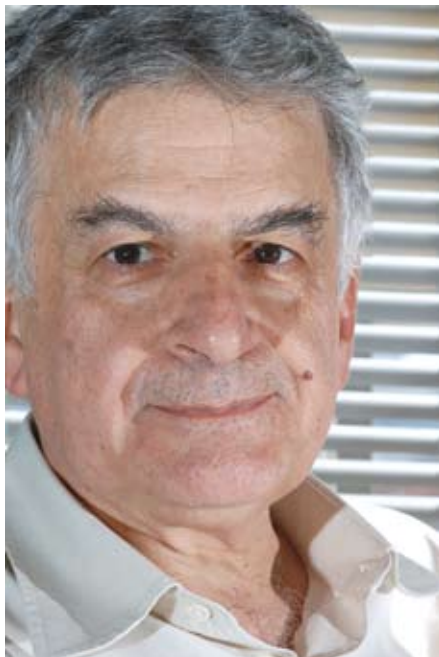


Fotos: Daniel Garcia

**Professor Umberto Cordani**

um dos membros do comitê gestor do fundo. Eu participei de alguns julgamentos, no âmbito do CNPq, que acionou o seu Comitê Assessor de Geologia. O interesse desses editais era definido anteriormente, nas reuniões do comitê gestor. Os recursos também, dentro das disponibilidades do fundo”. O professor Cordani foi escolhido como membro a partir de uma consulta de lista tríplice apresentada a instituições de pesquisa pela Academia Brasileira de Ciências, que é um dos representantes da comunidade científica com lugar fixo nos comitês dos fundos.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que tem o outro assento da comunidade científica, não acredita que haja algum tipo de ingerência das empresas na definição de projetos. O físico Ennio Candotti, presidente da entidade, é um defensor da manutenção e expansão dos Fundos Setoriais. “Há problemas reais em como ava-

**Professor Ennio Candotti**

liar os projetos e classificá-los, mas não há influência das empresas. Pelo contrário, elas não queriam que esse recurso fosse recolhido. Além disso, nossa representação nos fundos está funcionando bem. Sempre recebemos relatórios para acompanhar”, afirma Candotti, professor do Departamento de Física e Química da Universidade Federal do Espírito Santo.

O principal problema dos fundos setoriais hoje, opina o presidente da SBPC, é o contingenciamento das verbas. Embora tenham arrecadado mais do que o valor orçado para eles na Lei de Orçamento (LOA-2006), que foi de R\$ 1,716 bilhão, apenas R\$ 977 milhões foram empenhados, e só R\$ 540 milhões foram pagos, isto é, desembolsados para financiar pesquisas.

Até representantes do empresário têm protestado contra a situação, caso da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que está entre as entidades

**Tabela 2 - Fundos Setoriais - Arrecad**

CT-AERO
CT-AGRO
CT-AMAZÔNIA
CT-AQUAVIÁRIO
CT-BIOTEC
CT-ENERGIA
CT-ESPACIAL
CT-HIDRO
CT-INFO
CT-INFRA
CT-MINERAL
CT-PETRO
CT-SAÚDE
CT-TRANSPORTE
CT-VERDE-AMARELO
TOTAL DESPESAS
TOTAL REST. DE CONT
TOTAL GERAL

Fonte: Sistema Integrado de Administração  
Observações: (\*) - Os valores de arrecadação em 14/02/2001. (\*\*) - Os valores orçamentários referentes a subvenção econômica de projetos

que recebem verbas dos fundos setoriais. “Cerca de 50% dos recursos recolhidos até agora têm sido retirados com o objetivo de atender às exigências e às metas do superávit primário. Isto obviamente diminuiu os objetivos pelos quais eles têm sido recolhidos”, denuncia Candotti. “A SBPC já se manifestou de maneira bem documentada sobre a necessidade de se usar os fundos para os seus fins. O que recebemos como resposta foi uma proposta de escalonamento desse contingenciamento, reduzindo-o até o término do governo. Ou seja, se hoje ele é de 40%, cai para 30%, 20% e depois 10%, até zerar”, acrescenta.



## Ação x Orçamento x Execução Financeira (Janeiro-Dezembro de 2006)

Arrecadação(*)	LOA(Lei nº11.306, de 16/05/2006)(**)	Res. Cont(B)	Total (A+B)	Empenhado	Liquidado	Pago
	Despesa(A)(*)					
31.809.890	54.780.000	3.182.649	57.962.649	28.221.667	28.221.667	5.078.676
74.223.077	49.997.709	9.765.140	59.762.849	46.489.648	46.489.648	25.840.630
16.675.103	18.700.000	81.889	18.781.889	17.436.189	17.436.189	11.649.036
17.568.036	17.532.340	11.688.226	29.220.566	14.108.586	14.108.586	6.779.931
31.809.890	29.000.000	1.962.649	30.962.649	19.702.852	19.702.852	9.590.518
164.805.622	99.000.000	1.293.314	100.293.314	92.692.721	92.692.721	34.145.726
14.179.105	1.509.108	0	1.509.108	1.485.069	1.485.069	976.671
44.913.035	43.500.000	76.588	43.576.588	42.297.008	42.297.008	14.726.392
31.959.798	30.175.803	21.557	30.197.360	29.776.159	29.776.159	19.301.872
366.737.372	257.546.151	91.393.362	348.939.513	255.108.166	255.108.166	173.150.682
7.453.803	7.600.000	1.282.004	8.882.004	6.316.842	6.316.842	2.828.505
761.870.422	120.100.000	551.192.856	671.292.856	118.879.411	118.879.411	45.992.253
74.223.077	58.896.390	3.466.459	62.362.849	54.508.945	54.508.945	27.083.905
67.798	315.730	0	315.730	13.862	13.862	13.863
212.065.937	251.894.888	89.386	251.984.274	250.061.293	250.061.293	163.009.284
	1.040.548.119					
		675.496.079				
1.850.361.965			1.716.044.198	977.098.418	977.098.418	540.167.944

Financeira do Governo Federal - SIAFI.

ção, exceto o do CT-Amazônia, já estão deduzidos da parcela de 20% destinada ao CT-Infra, conforme Lei nº 10.197, de 2006, que dispõe sobre a criação de fundos setoriais de pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas. Os recursos incluídos nos editais de licitação e chamadas de propostas para a contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica, bem como os recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais de consumo, não incluem créditos aprovados. (\*\*\*) - A dotação autorizada não inclui a ação OA29, no valor de R\$ 209.600.000, referente ao desenvolvimento tecnológico de empresas - Lei nº10.973, de 02/12/2004 (Lei de Inovação).

Candotti acredita ainda que parte dos recursos dos fundos deve ser utilizada para sua própria estruturação e na criação de fundos em áreas onde eles ainda não existem, como antropologia, lingüística, astronomia. Segundo dados de 2004, cerca de 35% dos recursos são aplicados na operacionalização dos fundos.

Os outros 55%, de acordo com o MCT, foram para projetos aprovados pelos comitês gestores. Dessa verba, cerca de 70% foram repassados por intermédio de fundações privadas de apoio, que o governo federal designa pela sigla de FAP. Entre os “agentes executores” encarregados da implemen-

tação dos projetos aprovados pelos comitês, o MCT inclui “as agências federais — CNPq e Finep, as FAP’s ou outros órgãos apropriados que desempenhem as funções de contratação e de acompanhamento e avaliação dos projetos”.

A lei 8.958/94 autoriza as “instituições federais de ensino superior a contratar instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais contratantes”, definindo, no artigo 2º, que as instituições contratadas devem ser fundações de direito

privado e sem fins lucrativos. Ela é citada nos editais dos fundos setoriais para justificar a participação das fundações. O edital 33/2006 do CT-Energ, por exemplo, estabelece que participam da concorrência “instituições de ensino superior, podendo ser representadas por fundações de apoio definidas na forma da lei nº 8.958”.

Candotti apóia esse procedimento: “Qualquer reitor declararia a absoluta falência de sua universidade se as fundações não existissem. Dizer que os recursos deveriam ir para as universidades diretamente é desconhecer que vivemos em um país com milhares de leis e normas



em que tudo é proibido, ao menos sem a permissão do sistema burocrático”, sustenta.

“Para se comprar um computador a tramitação burocrática é semelhante à construção de um prédio”, afirma o presidente da SBPC. “O que nós precisamos é de uma reforma administrativa mais profunda em todo o país para depois verificarmos quais seriam os instrumentos das instituições de Estado. Enquanto isso, devemos fazer o possível para que esses recursos sejam utilizados da maneira mais eficiente possível e cobrar resultados e relatórios. Controlar a forma como eles são decididos é uma maneira atrasada de ver o problema. O que nós devemos fazer é controlar os fins, não os meios”, argumenta.

A posição do Andes é oposta à da SBPC. “Não podemos aceitar a argumentação de que as universidades públicas têm dificuldades para gerir os recursos e que as fundações poderiam colaborar para ter alguma agilidade na execução orçamentária. Hoje elas não têm nada desse papel. Elas são a via mercantil da universidade, que está carente de recursos públicos diretos. A universidade começa a competir com os quadros que ela forma, e vende seus produtos”, afirma o professor Künzle. Ele denuncia que a maior parte dos editais dos fundos coloca como premissa que os recursos somente serão liberados por meio de fundações. “Como o pesquisador precisa de recursos para a sua pesquisa, o processo fomenta

Arquivo pessoal

Professor **Luiz Künzle**

***O governo federal  
inclui, entre os “agentes executores”  
encarregados de implementar os projetos  
aprovados pelos comitês gestores, as fundações  
privadas de apoio ou FAP’s***

as fundações privadas”, diz.

A Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp), que está entre as 50 maiores entidades “sem fins lucrativos” da listagem produzida pela ong Contas Abertas, recebeu R\$ 6.083.518,92 para os projetos desenvolvidos em 2005. Solicitada pela *Revista Adusp* a se manifestar sobre quais departamentos da universidade estão envolvidos com os projetos dos fundos setoriais — informação que não é encontrada nos documentos do MCT — e comentar a importância ou não dos fundos, a Fusp

limitou-se a responder que é uma gerenciadora de recursos. A verba administrada pela Fusp é quase o triplo da recebida pela USP dos fundos setoriais no mesmo período, que soma R\$ 2.362.903,05.

O montante recebido, em 2005, para projetos financiados pelos fundos setoriais, por intermédio de fundações privadas “de apoio” à USP, foi de R\$ 10.047.712,70, quase cinco vezes mais do que a universidade recebeu diretamente. A Fundação Faculdade de Medicina (FFM) e a Fundação Vanzolini (FCAV), duas das fundações que recebem verbas dos fundos, foram procuradas pela reportagem, mas seus representantes não quiseram se manifestar.

Também receberam recursos: Fundação Instituto de Administração (FIA), Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH), Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa), Fundação para a Pesquisa Ambiental (Fupam), Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq, de Piracicaba), Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto, Fundação de Apoio à Física e à Química (FAFQ, de São Carlos). Os projetos apresentados vão desde reformulação de laboratórios até realização de congressos e encontros (**Tabela 3**). As fundações, porém, estão proibidas por lei de cobrar taxas de gestão sobre esses valores.

Entre as verbas recebidas diretamente pela USP, está a pesquisa desenvolvida pelo professor Cae-

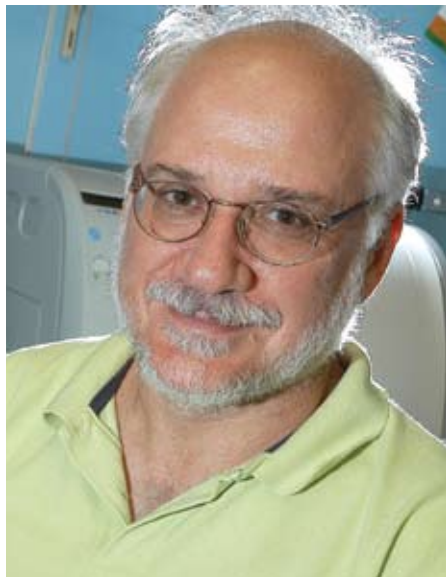
**Tabela 3 – Fundos setoriais e fundações privadas na USP**

FUNDAÇÃO	PROJETOS	VALOR (R\$)	FUNDO
FUSP	Desenvolvimento de sistema piloto para gerência da qualidade de energia elétrica na rede básica	197.050,00	CT-ENERG
	Manutenção dos equipamentos multiusuários dos laboratórios do Centro de Inovação em Materiais para a Infra-estrutura	34.150,00	CT-INFRA
	ENTAC 04 – 10º Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído e CLACS'04		
	Desenvolvimento de ferramenta par análise de viabilidade técnica de risers flexíveis	30.000,00	VERDE-AMARELO
	Caracterização e estabelecimento de parâmetros de controle de corrosividade e inibição de corrosão em meio não aquoso	46.156,00	CT-PETRO
	10th International Conference on Magnetic Fluids	14.500,00	VERDE-AMARELO
	Manutenção dos equipamentos multiusuários dos laboratórios do Centro de Inovação em Materiais para a Infra-estrutura	35.000,00	FNDCT
	Manutenção dos equipamentos multiusuários dos laboratórios do Centro de Inovação em Materiais para a Infra-estrutura	67.447,31	CT-INFRA
	Manutenção dos equipamentos multiusuários dos laboratórios do Centro de Inovação em Materiais para a Infra-estrutura	32.360,26	CT-INFRA
	Ampliação da infra-estrutura analítica do Laboratório de Isótopos Estáveis – LIE (IGC-USP) para avanço do conhecimento científico em recursos naturais	56.180,88	CT-INFRA
	Groups, rings and group rings	548.292,00	CT-INFRA
	XIII Escola de Geometria Diferencial	15.000,00	VERDE-AMARELO
	8th International Congress on Applied Mineralogy (ICAM 2004)	20.000,00	VERDE-AMARELO
	Laboratório de Análise e Referência em Amostras Ambientais e Fertilizantes	25.000,00	CT-MINERAL
	Implementação da técnica de cromatografia líquida de alta eficiência acoplada à espectrometria de massas na central analítica do IQ-USP	615.000,00	CT-INFRA
	Otimização do sistema de distribuição de derivados de petróleo	1.057.450,00	CT-INFRA
	Ambiente de simulação da operação de sistemas de proteção e ocorrências do sistema interligado brasileiro	29.375,00	CT-PETRO
	Recursos para digitalização de acervo de documentos para pesquisa	182.600,00	CT-ENERG
	Implantação de Laboratório de Espectroscopia Não Linear de Interfaces	221.878,00	CT-INFRA
Programa de simulação do escoamento ao redor de risers - Flomar3d - Fase 2: Agrupamento com	917.430,00	CT-INFRA	
Estudo e análise de nova geração de cabos umbilicais integrados	436.450,00	CT-PETRO	
Avaliação da toxicidade de efluente de lagoa facultativa clorado e dos impactos sobre o solo em sistema de fertirrigação	618.865,00	CT-PETRO	
Desenvolvimento de sistema para gerenciamento e controle do fornecimento de energia elétrica através da internet	35.000,00	FNDCT ORDINÁRIO	
Otimização analítica do laboratório de isótopos estáveis - LIE (IGC/USP) para determinações isotópicas D34-S	73.300,00	CT-ENERG	
Transdutores de ultra-som para sistemas de inspeção não destrutiva de corrosão em estruturas metálicas na indústria de petróleo e gás natural	46.830,00	CT-INFRA	



FUNDAÇÃO	PROJETOS	VALOR (R\$)	FUNDO
FUSP	Cilindros para melhoria de qualidade de chapas laminadas a quente	129.000,00	CT-PETRO
	Desenvolvimento de um relé diferencial para proteção de LT utilizando fibra óptica como fio piloto	422.256,00	CT-VERDE AMARELO
	Manual reabilitação de edifícios em áreas centrais	251.893,50	CT-ENERG
	Otimização do sistema de distribuição de derivados de petróleo	31.500,00	CT-VERDE AMARELO
	Modernização da área física, instalações e equipamentos da Divisão de Laboratórios Central (DLC) do Hcfmusp	42.375,00	CT-PETRO
FFM	Recuperação e modernização da infra-estrutura elétrica dos laboratórios de investigação médica	600.000,00	CT-INFRA
	Modernização da área física, instalações e equipamentos da Divisão de Laboratórios Central (DLC) do Hcfmusp	181.000,00	CT-INFRA
	Otimização e reuso da água em áreas críticas	400.000,00	CT-INFRA
FCTH	Plataforma generalizada para análise de outorga para captação de água e para lançamento de efluentes	107.500,00	CT-HIDRO
	Componentes terralib para cadastro de redes de água e esgoto	170.680,00	CT-HIDRO
	Bacias críticas: bases técnicas para a definição de metas progressivas para seu enquadramento e a integração com os demais instrumentos de gestão	99.726,00	CT-VERDE AMARELO
	Membranas	114.032,00	CT-HIDRO
	Manutenção e ampliação das atividades do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Microscopia Eletrônica Aplicada à Pesquisa Agropecuária	15.000,00	FNDCT ORDINÁRIO
FEALQ	Conferência internacional sobre rastreabilidade de alimentos	91.605,28	CT-INFRA
	Manutenção e ampliação das atividades do Núcleo de Apoio à Pesquisa em Microscopia Eletrônica Aplicada à Pesquisa Agropecuária	300.000,00	CT-AGRO
	Workshop - águas residuárias tratadas: presença de patógenos emergentes e reuso na agricultura	85.604,67	CT-INFRA
Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	Nutau2004 - demandas sociais, inovações tecnológicas e a cidade	20.000,00	CT-HIDRO
Fupam	Infraestrutura básica para pesquisa do Biocentro em Terapia Celular e Molecular	20.000,00	FNDCT-DEMAIS AÇÕES
Fundação Hemocentro de RP	Infraestrutura básica para pesquisa do Biocentro em Terapia Celular e Molecular	105.000,00	CT-INFRA
	Observatório de Estratégias de Inovação	120.000,00	CT-INFRA
FCAV	Programa de treinamento em administração de pesquisas científicas e tecnológicas	530.710,80	CT-VERDE AMARELO
FIA	Descoberta de ligantes do receptor de estrógeno candidatos a novos fármacos no tratamento da osteoporose, câncer de mama e reposição hormonal	224.125,00	FNDCT ORDINÁRIO
FAFQ	Descoberta de ligantes do receptor de estrógeno candidatos a novos fármacos no tratamento da osteoporose, câncer de mama e reposição hormonal	875.990,00	CT-SAÚDE
Total geral		10.047.712,70	

Daniel Garcia

**Professor Caetano Juliani**

tano Juliani, também do IGc: “Nós fizemos solicitação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa via CNPq, por isso a única diferença que vejo é que o edital universal abrange todas as áreas do conhecimento e o dos fundos setoriais foca em alguns aspectos específicos, como a mineralogia”.

Juliani coordena dois projetos financiados pelo CT-Mineral, cada um com duração de dois anos. O primeiro é sobre a modelagem de determinados tipos de depósitos minerais na Amazônia. O segundo estuda os fenômenos de formação de eventos vulcânicos de 2 bilhões de anos. Sua equipe encontrou o que é reconhecido hoje como o vulcão mais antigo do planeta. Para o docente, o CT-Mineral é essencial para o desenvolvimento de projetos na área, em vista de uma lacuna histórica na política de investimento em ciência e tecnologia: “Com exceção do atual governo, nos últimos 30 anos não foram feitos investimentos federais no desenvolvimento da Geologia. Isso é uma função tipi-

***As fundações privadas intermediam 70% das verbas dos fundos setoriais. Em 2005, as entidades “de apoio” à USP canalizaram mais de R\$ 10 milhões para esses projetos, mas a própria USP só recebeu R\$ 2,3 milhões***

camente do Estado. Em qualquer país, em qualquer lugar do mundo, o Estado investe para conhecer o seu substrato geológico porque isso tem implicações econômicas — e certamente no setor mineral as empresas vivem pressionando o governo para que ele invista nessa área”, explica.

A preocupação com a falta de planejamento estatal para investimento em ciência e tecnologia também está entre as questões apontadas pelo representante do Andes, mas ele não acredita que os fundos setoriais venham a resolver este problema. “Quando os recursos foram liberados, a comunidade acadêmica, depois de anos e anos à míngua, saiu ávida à caça deles. Isso também é fruto da falta de um projeto. A nação brasileira abdicou de um projeto e as pessoas passam a agir pelo imediatismo, pelo pragmatismo. Eu continuo não vendo futuro na consolidação de um sistema nacional, autônomo, via fundos setoriais”, diz Künzle.

“Se virmos que 95% da pesquisa brasileira de qualidade são feitos na universidade pública, é ela que deve continuar gerindo e construindo esse processo. No momento em que dermos às universidades um conjunto

de diretivas no sentido da produção do saber, da relação com a sociedade, é preciso também dar condições para que elas façam de forma autônoma”, continua o professor da UFPR. “Não quer dizer que elas podem fazer o que quiserem. As universidades inevitavelmente passam a interagir com a sociedade para essa construção. Não quer dizer também que os governos não tenham direito de estabelecer políticas e linhas diretivas. Mas essas linhas só podem ser estabelecidas em cima da construção de um projeto de país. Essa segmentação de projetos e verbas dada pelos fundos setoriais tem que acabar. Nós precisamos de recursos de pesquisa distribuídos entre os projetos que o país soberanamente tem necessidade de desenvolver”.

Procuradas pela *Revista Adusp*, a assessoria de imprensa do MCT e a assessoria do presidente do CT-Mineral, Luiz Antonio Rodrigues Elias, deixaram de indicar representantes para responder às questões da matéria. Também o professor José Roberto Drugowich, representante do CNPq no Comitê Gestor do CT-Petro, deixou de responder às questões que lhe foram encaminhadas.



## CORREÇÕES DA EDIÇÃO 38

### **Expansão de Fatecs**

Na página 16, a professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça é citada erroneamente como docente da Faculdade de Filosofia da USP. Na realidade, Sueli é docente da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Unesp, campus de Marília.

Na página 18, onde se lê “Serviço Nacional de Aprendizagem Social”, leia-se Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

### **TV Cultura**

Nas páginas 30 e 31, o jornalista Eurení Pereira, diretor do Sindicato de Jornalistas de São Paulo, teve seu nome grafado erroneamente.

### **Movimentos sociais e LDO**

Nas páginas 46, 47, 48 e 49, a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo foi designada erroneamente como “Comissão de Orçamento e Finanças”, com a sigla COF.

Diferentemente do que foi dito na página 47, as audiências públicas da CFO marcaram o início dos debates sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não da Lei Orçamentária.

Na página 51, último parágrafo, o texto foi truncado em seu final, deixando ausente o percentual da cota-parte do ICMS destinado às universidades públicas paulistas quando foi instituída sua autonomia, que era de 8%.

### **Novo modelo de C&T**

Ao final do texto da página 64, leia-se: “Essa elite brasileira é tão míope e corrupta que me parece que o [que] quer é o patrimônio imobiliário desses institutos”.

### **Defensoria Pública**

Na página 78, no pé da primeira coluna, onde se lê “é feita a triagem e a mulher de tem provar insuficiência financeira”, leia-se: “é feita a triagem e a mulher tem de provar insuficiência financeira”. Na mesma página, onde se lê “dos Sindicatos dos advogados”, leia-se: “do Sindicato dos Advogados”.





